

LOUIS GILL

O neoliberalismo

Tradução livre de João Castro

16-03-2008

Segunda edição, completamente revista e actualizada

Cadeira de estudos socioeconómicos da UNIVERSIDADE DO QUEBEQUE EM MONTREAL

Publicado pela cadeira de estudos socioeconómicos da UNIVERSIDADE DO QUÉBEQUE EM MONTREAL

Endereço: 315, rue Sainte-Catherine est
Local R-4430
Montréal (Québec)
H2X 3X2

Endereço postal: Département des Sciences comptables
C.P. 8888, Succ. Centre-Ville,
Montréal (Québec)
H3C 3P8

Telefone : 514 987-3000 extensão 7841
Fax : 514 987-0345

Endereço electrónico: cese@uqam.ca
Sítio Internet : www.unites.uqam.ca/cese

Coordenação editorial: Élise Lassonde

© Louis Gill e a Cadeira de estudos socioeconómicos da UQAM, 2002

ISBN 2-922537-05-6

Depósito legal – 2002

Biblioteca Nacional do Quebec

Segunda tiragem – 2004

Índice

Prefácio	6
1 – Definição e origens do neoliberalismo.....	8
O contexto económico e político da emergência do neoliberalismo	8
Os fundadores.....	9
A crise do modelo económico do pós-guerra. Os remédios neoliberais postos à cabeça	11
O neoliberalismo ao poder	13
2 – Alguns resultados das políticas neoliberais	17
Inflação, crescimento, desemprego.....	17
O desastre argentino	18
Aumento das desigualdades, crises financeiras, descomprometimento do estado	18
As soberanias nacionais submetidas aos mercados	20
A integração neoliberal da Europa.....	21
Sob a hegemonia americana.....	23
3 - A ditadura dos mercados financeiros	23
Liberalização e desregulamentação.....	23
Predominância do investimento especulativo de curto termo	25
Código de governo das sociedades (“Corporate Governance”)	25
Os riscos crescentes de crise financeira.....	26
4 – O enronismo, filho legítimo do neoliberalismo	28
O escândalo da Enron	28
... revelador duma fraude erigida em sistema	31
A revoltante escroqueria das opções de compra de acções	33
Os bravos cavaleiros de “O Eixo do bem”	34
Nortel, Cinar.....	35
5 – As crises em sucessão ou o beco sem saída do programa neoliberal.....	37
Uma autonomia muito relativa da esfera financeira.....	37
O financiamento público das perdas privadas.....	38
O rebentar da bolha da nova economia	39
Massas de capital fictício que se desmoronaram como castelos de cartas	42
6 – Adaptar-se ao inevitável?	45
Uma oposição a construir	45
Sobre que eixo?	45
A utopia irrealizável dum capitalismo “civilizado”	46
Bibliografia	48

Notas finais	49
--------------------	----

Prefácio

Este livro, cuja primeira edição foi publicada em 1999, é uma exposição sintética do neoliberalismo. Ele situa a sua origem na crise do modelo económico Keynesiano depois da Segunda Grande Guerra Mundial e descreve o seu processo de generalização à escala mundial a partir do final da década de 70.

Ele analisa os seus objectivos: liberalização completa dos mercados, desregulamentação, abandono das funções sociais do Estado, privatização, rigor orçamental e o regresso à sobre taxação; Ele faz uma análise dos resultados devastadores para a maioria esmagadora da população: submissão de todas as vertentes da vida económica e social, à ditadura dos mercados financeiros, desemprego em massa, exclusão social, precariedade, aprofundamento das desigualdades, risco grave da desvalorização das pequenas poupanças e dos fundos de reforma pelas crises financeiras.

Ele alerta para uma atitude desleixada de adaptação a uma tendência que muitos consideram como inevitável e convida a uma mobilização conjunta, para lá das fronteiras, de todos aqueles que sentem que uma mudança radical de atitude é necessária.

Esta segunda edição é uma comparativamente mais completa que a primeira. Ela dá conta dos importantes desenvolvimentos económicos de 1999 a 2002, de entre eles a crise da Argentina, os Mega escândalos financeiros e a fraude construída em sistema donde o caso do gigante Enron foi o abrir do saco, e o rebentar da bolha bolsista da “Nova economia”, aquela dos valores tecnológicos.

Ela põe a questão sobre as bases em que a oposição ao neoliberalismo deve ser construída e convida a reflectir sobre a escolha entre: uma utopia dum capitalismo a “civilizar” que se pretenderia purgar do seu desvio neoliberal, mas que seria sempre fundado no interesse privado e na concorrência, e o desafio colectivo da construção duma sociedade socialista democrática.

1 – Definição e origens do neoliberalismo

O termo “neoliberalismo” designa a corrente de pensamento e de políticas económicas que se implantou na Grã-Bretanha e nos Estados-Unidos a partir do fim dos anos 70, para se generalizar à escala mundial nas décadas seguintes e reinar desde então como mestre absoluto pretendendo submeter toda a actividade económica e social à única do mercado. As suas palavras de ordem são: liberalização completa das trocas de mercadorias e movimento de capitais, racionalização, flexibilidade do mercado de trabalho, globalização, papel minimalista do Estado, hegemonia do sector privado, regulamentação minimal.

Estão lá, atrás de certas novas formulações, as ideias doutrinantes do liberalismo económico clássico, enunciadas antes por Adam Smith na sua obra *A riqueza das nações* publicada 1976 e que marcaram todo o XIXº século até à grande depressão dos anos 1930. Mas então porquê falar de neoliberalismo? Primeiro porque se trata de regresso com todas as letras ao liberalismo depois de um período de quatro décadas que tinham visto triunfar o intervencionismo do Estado. Depois porque este liberalismo é de novo um tipo na medida em que o campo da sua implementação é aquele duma economia onde a mundialização está conseguida.

Neste novo contexto, o principio da liberdade das trocas foi puxado a um ponto tal, que os estados foram levados a confiar nos mercados e nas instituições internacionais que asseguram o domínio integral dos poderes supranacionais, que escapam à soberania dos estados e ao controle da democracia parlamentar sobre questões tão importantes como o direito ao trabalho, a saúde pública, a protecção do meio ambiente, então decididos pelos imperativos do lucro e da competitividade internacional. O neoliberalismo é a ditadura dos mercados.

O contexto económico e político da emergência do neoliberalismo

É preciso notar que são exactamente os limites próprios das leis do mercado, apresentadas hoje como o regulador por excelência da actividade económica e único capaz de assegurar crescimento e prosperidade à economia mundial, que deram origem antes à intervenção do Estado. Importante é de constatar que efectivamente, deixada à solta, o comportamento da economia sob o liberalismo durante o século XIX e durante as primeiras três décadas do século XX foi marcada por crises económicas que se sucediam numa periodicidade de 7 a 10 anos. A violência particular da crise de 1929 e a profunda depressão que provocou durante toda a década seguinte levou a pôr seriamente em dúvida as capacidades das leis do mercado de garantirem por si um crescimento sustentado, ou simplesmente assegurar o relançamento duma economia de então profundamente estagnada.

O recurso a uma intervenção directa do Estado na economia para estimular o seu crescimento, posto em prática nomeadamente pelo economista britânico *John Maynard Keynes* na sua célebre obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, publicada em 1936 no coração da grande depressão, impôs-se assim como uma política incontornável da economia de mercado no seio da qual, uma panóplia de medidas intervencionistas vira o dia¹, tais como:

¹ Ver a este respeito os capítulos 13 e 14 da minha obra *Fundamentos e Limites do Capitalismo*.

- A utilização dos instrumentos de política fiscal e monetária na perspectiva de objectivos de redistribuição dos rendimentos, de controlo da inflação, de satisfação da procura global e do emprego pelo financiamento público dos trabalhos de infraestrutura (redes rodoviárias, aeroportos, esgotos, aquedutos, bem estar ambiental, etc.) e de despesas militares;
- O suporte directo da empresa privada pelas subvenções e isenções fiscais;
- A nacionalização de empresas existentes e a criação de novas empresas de Estado nos sectores considerados vitais para a economia nacional;
- A regulamentação e o controlo da actividade económica privada.

As novas medidas de intervenção do Estado, desenvolvidas a partir da década de 1930, vinham juntar-se à criação e desenvolvimento, depois das duas últimas décadas do XIX^o século, do que comumente passou a chamar-se o “*Estado-Providência*”, expressão que designa o tomar em mãos pelo Estado do conjunto de serviços públicos que são a saúde, a educação, a habitação social, o transporte comum, e a protecção social dos desempregados, das pessoas inaptas para o trabalho e os reformados.

Os anos da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945) e os trinta anos que se seguiram conheceram uma generalização do recurso aos instrumentos Keynésianos de política económica e uma importante extensão dos serviços públicos, assim como a tomada em mãos pelo Estado de actividades julgadas essenciais ao desenvolvimento da economia em certos sectores da produção (extracção mineira, siderurgia, produção automóvel, etc.), da comercialização, das finanças e do transporte aéreo e ferroviário. No período que se seguiu à guerra, os governos de vários países, particularmente na Europa, procederam a um grande número de nacionalizações de empresas existentes ou à criação de novas empresas de Estado de envergadura nacional em tais sectores Chave.

Pouco expandida nos Estados-Unidos, tendo conhecido um desenvolvimento relativo no Canada e no Japão, a nacionalização da actividade económica pela criação de empresas públicas ou a participação do Estado em empresas mistas com capital privado, conheceu um fulgor importante na Europa ocidental e a partir dos anos 50, uma generalização completa nos países da Europa Central e Oriental. No caso destes últimos, não nos esqueçamos, esta generalização completa significava uma mudança de regime. A passagem de uma economia de mercado à economia planificada pelo Estado segundo o modelo ditado pela União Soviética, onde estava em vigor de pois da década de 1930. A nacionalização das empresas e intervenção económica do Estado apresentavam-se neste quadro como os pilares de uma nova ordem social cujo objectivo, pelo menos de inicio, era de servir os interesses da sociedade no seu conjunto.

Os fundadores

O neoliberalismo como corrente de pensamento desenvolveu-se em reacção contra o intervencionismo do Estado e o Estado-Providência. Seu pai espiritual é o economista de origem Austríaca, *Friedrich Von Hayek*², de quem o livro intitulado *The Road to Serfdom* (Caminho da Servidão), publicado em 1944, pode ser considerado como a carta fundadora do neoliberalismo. Esta obra é um ataque contra toda e qualquer limitação do Estado ao livre funcionamento dos mecanismos do mercado.

² Recebeu o “Prémio das ciências económicas em memória de Alfred Nobel » em 1974. Este prémio, instituído em 1969 pelo Banco Royal da Suécia e não pela fundação Alfred Nobel, é comumente mas incorrectamente designado como o “*Prémio Nobel da Economia*”. Ver Gilles Dostaler, *Le libéralisme de Hayek*, Paris, La Découverte, Collection Repères, no 310, 2001, p.23-24.

Três anos mais tarde, em 1947, Von Hayek foi instigador da reunião, em Mont-Pèlerin na Suíça, dum grupo de intelectuais que partilham o seu ponto de vista. De entre eles, os economistas Maurice Allais, Milton Friedman, Ludwig Von Mises, e Lionel Robbins, e o filósofo Karl Popper. Eles fundam a *Société du Mont-Pèlerin*, que tem como objectivo combater o keynesianismo e as medidas sociais do Estado-Providência e de levar por diante a perspectiva dum capitalismo livre de todos os entraves. Eles denunciam o “igualitarismo” promovido pelo Estado-Providência como um atentado à liberdade e apresentam a desigualdade como um valor indispensável e uma condição para uma economia eficaz.

Eles pregarão no deserto durante mais de trinta anos de triunfo do intervencionismo de Estado, até que a descrença nas virtudes das receitas keynésianas se mostre por sua vez, face à incapacidade, a meio dos anos 70, de ultrapassar um fenómeno novo, esse da *estagnação* económica acompanhada de uma forte *inflação*, fenómeno que será designado pelo neologismo *stag-flation*.

Se os defensores do neoliberalismo são incondicionais dum papel determinante, leia-se exclusivo, a atribuir ao mercado e à concorrência apresentando-se assim como os melhores defensores do Capitalismo, é preciso contudo evitar de ver o keynésianismo como uma corrente anti-capitalista, que seria destinada à destruição do capitalismo em função do papel económico alargado que confia ao Estado. O keynésianismo, pelo contrário, é uma variante do liberalismo, uma variante “adocicada” face à variante radical neoliberal.

De facto, a teoria de Keynes sublinha que o capitalismo chegado à sua maturidade não pode realizar o pleno emprego dos seus recursos somente pela actividade privada. Deixado a si próprio, ele está condenado à estagnação. A intervenção do Estado é vista como uma alavanca económica necessária para estimular o investimento privado e lhe servir de complemento na sua marcha a caminho do pleno emprego. Deste modo ela é, escreve Keynes em a *Théorie Générale* [p.394], “*a única maneira de evitar a destruição das instituições económicas actuais e a condição necessária a um frutuoso exercício de iniciativa privada*”. Consciente da ameaça que pesa no sistema da propriedade privada dos meios de produção a miséria social criada pela crise, Keynes vê na intervenção do Estado a maneira de evitar o pior, quer dizer a destruição das instituições capitalistas, e de restabelecer as condições da actividade económica rentável.

No mesmo sentido mesmo se ela é objectivamente uma medida de conteúdo socialista, a nacionalização de empresas é pelo contrário um instrumento pelo qual os estados capitalistas se têm esforçado de consolidar as economias de mercado em queda e de defender o regime da propriedade privada contra a ameaça da sua expropriação. A economia “mista” de coexistência do capital privado e do capital público, ou de nacionalização parcial do capital privado no seio de uma economia onde os fundamentos continuam aqueles duma economia de mercado, era para os seus protagonistas a solução de substituição permitindo evitar a estatização integral da economia.

Esta visão da intervenção do Estado como um instrumento de relançamento das economias em derrapagem, de preservação do capitalismo face ao risco do seu afundamento e do quadro limitado no qual as nacionalizações devem estar contidas se quisermos dar-lhes esse papel, pôde ainda melhor se realizar até porque teve a adesão das componentes, política e sindical do movimento operário.

Os partidos social-democratas em particular, donde um grande número exerceram o poder sós ou em coligação com outros partidos durante muitos anos na Europa, abandonaram todos com efeito, a reivindicação da propriedade publica dos meios de produção e a perspectiva do socialismo, para procurar uma “terceira via” que se quer intermediária entre o capitalismo e o socialismo mas que é com

efeito uma simples variante da primeira via, a saber um capitalismo “à cara humanista” ou capitalismo “civilizado”, que preserva a propriedade privada e o seu motor que é o lucro, mas que procura a promover o pleno emprego e as políticas sociais pelo meio da concertação entre “parceiros sociais”³. O facto que a realização e a defesa da propriedade pública dos meios de produção deixaram de contar entre os objectivos dos principais componentes do movimento operário, não fez que tornar mais fácil o movimento de desnacionalização, quer dizer de privatização, logo que foi iniciado em grande escala a partir dos anos 80.

A crise do modelo económico do pós-guerra. Os remédios neoliberais postos à cabeça

O longo período de crescimento económico desencadeado pelo início da Segunda Grande Guerra Mundial em 1939 e estimulado pelas condições excepcionais do pós-guerra começou a bater a asa no fim dos anos 60 para entrar em crise a meio da década de 70, a primeira depois da grande crise de 1929. A confiança nos remédios keynésianos aos quais se atribuía os sucessos económicos das três décadas de crescimento sustentado do pós-guerra encontrava-se fortemente abalada. Reapareciam as crises das quais havia a convicção terem sido ultrapassadas para sempre compensando a redução da actividade económica privada pelas actividades fomentadas pelo Estado ou pelo jogo de “estabilizadores integrados” como as prestações de assistência social ou do fundo de desemprego. Terreno fértil sobre o qual poderiam florir bem mais cedo as ideias neoliberais, com tanto mais força que o movimento operário teria amolecido pelas décadas de parceria social, de colaboração dos partidos comunistas e social-democratas com os partidos da burguesia e que estava desarmado ideologicamente e politicamente face ao conservadorismo crescente.

A incapacidade da política Keynésiana de realizar o seu objectivo prioritário, o pleno emprego, pelo seu instrumento privilegiado que é a intervenção económica do Estado, e de controlar o défice orçamental e a deriva da inflação que são as joias da coroa, abria a via à política neoliberal, uma política hostil ao dirigismo pelo Estado e não apostando que na iniciativa privada, virando as costas à procura activa do pleno emprego e designando o equilíbrio orçamental e a estabilidade dos preços como as novas prioridades. Diametralmente oposta à visão Keynésiana duma economia votada à estagnação por falta duma intervenção do Estado, a visão neoliberal é a visão clássica duma economia que tende espontaneamente para o equilíbrio graças aos mecanismos naturais do mercado. O papel do Estado nesta perspectiva deve limitar-se a garantir um enquadramento estável do jogo livre destes mecanismos.

O nível de emprego assim realizado como resultado unicamente das forças do mercado é definido como seu nível *natural*. A taxa natural de desemprego refletindo os dados reais da economia, de entre os quais as características do mercado de trabalho, seria ilusório de procurar reduzi-lo recorrendo à políticas fiscais ou monetárias. A longo termo, estas políticas não poderiam ser que geradoras de inflação sem conseguir reduzir o desemprego. Tal é o dogma do monetarismo, donde o chefe de fila é o economista Milton Friedman, membro fundador da *société du Mont-Pèlerin* e “Prix des Sciences Économiques en Mémoire d’Alfred Nobel”⁴ em 1976. Uma maneira evidente de redução da taxa natural de desemprego seria a supressão da “rigidez” que sofre o mercado de trabalho submetido a um poder sindical condenado como excessivo. Com efeito para os neoliberais, as raízes da crise mundial de 1974,

³ Ver a este sujeito a minha obra *Les Limites du Partenariat. Les expériences social-démocrates de gestion économique en Suède, en Allemagne, en Autriche et en Norvège*.

⁴ Ver a nota 2 ao sujeito da denominação deste prémio.

que vê combinada pela primeira vez na história, uma estagnação económica e uma taxa de desemprego elevada com uma taxa de inflação também elevada, encontram-se no poder excessivo do movimento operário que pôs em xeque a acumulação privada pelas suas reivindicações salariais e as suas pressões por um aumento das despesas do Estado. Não é de admirar contar nos vários remédios que propõem, a compressão dos salários reais.

Pelo que à estabilidade dos preços diz respeito, (o que constitui um objectivo fundamental da política neoliberal) a única maneira de a conseguir na óptica monetarista, é limitando o papel da política monetária ao estabelecimento de uma taxa de crescimento estável da massa monetária em circulação, em função da taxa de crescimento a longo termo da produção nacional. Necessário à estabilidade dos preços, o equilíbrio orçamental é designado como um objectivo essencial a realizar pela redução da despesa pública, pela privatização de empresas de serviços públicos e pela cobrança daqueles serviços que continuam públicos a tarifas rentáveis segundo os critérios da actividade privada.

Rejeitando a teoria Keynésiana da estimulação da *procura* efectiva como instrumento de política económica, o neoliberalismo sustenta que é a *oferta* global que deve ser estimulada. Aos seus olhos, um crescimento do fardo fiscal e um défice orçamental destinado a financiar as despesas públicas afogam a produção mais do que a estimulam. A única responsabilidade do Estado é portanto de eliminar todos os entraves ao mercado livre e de criar as melhores condições ao exercício da iniciativa privada através da desregulamentação e sobretudo através da instauração de um regime fiscal estimulante da oferta de trabalho, da poupança e do investimento. O neoliberalismo impõe portanto como condição do relançamento económico, uma redução dos impostos sobre os rendimentos mais elevados e os lucros das empresas.

A redução da progressividade do imposto é vista como podendo favorecer a poupança da camada da população que dispõe os rendimentos mais elevados e que por conseguinte a melhor em condições de investir. Não existiria aí nenhuma injustiça grave para os trabalhadores e as camadas desfavorecidas da população. Um imposto menos progressivo seria pelo contrário um pré-requisito para melhorar a sua condição. Como o exprime um representante desta corrente do neoliberalismo conhecida por “*teoria da oferta*”, George Gilder, numa obra intitulada *Wealth and Poverty* [pág. 67] (não conheço versão em português), o caminho para a redução das desigualdades, deve passar num primeiro tempo pelo seu crescimento. Toda a redistribuição que se faça em detrimento dos trabalhadores acabará por servir os seus interesses por permitir a poupança, o investimento e o crescimento necessário ao crescimento futuro do seu nível de vida. Uma política de redistribuição como propõe a teoria keynésiana é portanto de rejeitar já que ela tem não apenas uma influência negativa sobre a poupança e o investimento, mas porque ela contribui para prestações sociais e de desemprego mais generosas, desencorajando os trabalhadores de oferecer os seus serviços no mercado de trabalho.

O financiamento público que é visto como um suporte vital do Estado ao crescimento e ao progresso quando aparece em forma de subvenções à empresa privada ou resulta de aligeiramentos fiscais em seu favor, transforma-se em puro desperdício quando é destinado às despesas redistributivas do Estado como aquelas que “*consistem em pagar às pessoas para as encorajar a não trabalhar*”, no momento onde se “*penaliza as empresas porque elas conseguem ter lucros*”; tais despesas deficitárias do Estado são vistas como “*uma guerra de redistribuição contra a riqueza, que tem como resultado empobrecer todo o mundo*” [Gilder, *Wealth and Poverty*, pág. 230-231]

Deste ponto de vista, o Estado mobiliza recursos em detrimento da empresa privada. Mas sobretudo, as taxas que retira dos agentes económicos privados para alimentar as despesas públicas afastam a

actividade privada, desviando os recursos reais duma utilização que seria mais eficaz no sector privado. O Estado deve portanto não apenas se retirar de toda a actividade produtiva onde ele entra em concorrência directa com o sector privado, mas também reduzir ao máximo as despesas associadas às suas actividades não produtivas de saúde e educação públicas, de protecção social e de redistribuição dos rendimentos, assim como de certas funções administrativas ou de fornecedor de infraestruturas sociais. As funções do Estado que não podem ser privatizadas, devem ser geridas segundo as normas da empresa privada e rentabilizadas sob pena de serem eliminadas. O objectivo em vista é portanto, a recuperação pelo sector privado daquilo de que foi de certa forma “expropriado” ao longo dos anos pelo crescimento do espaço ocupado pelo Estado; trata-se de “recapitalizar” uma economia de que uma parte significativa acabou por funcionar escapando às regras do capital; de restituir um carácter capitalista a todo um conjunto de actividades de que a manutenção e existência deverão depender da sua rentabilidade e o seu funcionamento é parte integrante da acumulação de capital.

Liberalização, desregulamentação, descomprometimento do Estado, privatização, estabilidade monetária, rigor orçamental, fiscalidade regressiva são as linhas diretrizes em nome das quais o neoliberalismo encetou uma ofensiva aberta contra as conquistas históricas do trabalho (direito ao trabalho, segurança do emprego, protecção do poder de compra, salário mínimo, acesso à sindicalização, ...) contra as conquistas sociais e democráticas das organizações sindicais e populares (direito à saúde, à educação, à segurança social, etc.), ou seja contra a esmagadora maioria da população. Essenciais que sejam estas conquistas, pois respondem a reais necessidades sociais, eles são um obstáculo para o capital, para a produção de lucros, para a acumulação privada.

Esta mudança de rumo, estava ela apta a realizar o objectivo perseguido relançando sobre uma base sustentável a actividade rentável? Se o recurso ao intervencionismo económico do Estado a partir dos anos 1930 não permitiu resolver os problemas de fundo da acumulação no seio desta economia “chegada à maturidade” como a designava Keynes, não seria ilusório crer que o retorno ao “deixa andar”, quer dizer às condições que tornaram necessário o suporte do Estado à actividade privada, fosse a aposta duma retoma harmoniosa da actividade económica?

O neoliberalismo ao poder

Na maior parte dos países, tentou-se responder ao problema da estagflação e de ultrapassar a crise de 1974 pelas medidas keynesianas. Só chegados ao virar da década de 70/80 (78 a 82), que a viragem neoliberal se efectuou num certo número de países determinantes, principalmente a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, para se propagar de seguida ao resto do mundo. Mas, no coração dos anos 70, passos significativos tinham já sido dados nesta direcção. Foi por exemplo o laboratório chileno sob a ditadura do general Augusto Pinochet, no dia seguinte ao golpe-de-estado militar que mergulhou em poça de sangue o regime de unidade popular de Salvador Allende. As medidas monetaristas inspiradas de Milton Friedman, foram implantadas em conjunto com uma desnacionalização das empresas nacionalizadas no tempo de Allende, a privatização dos serviços públicos, as medidas de desregulamentação, uma intensa repressão antissindical e uma redistribuição da riqueza em favor dos ricos.

È com muito interesse que a experiência chilena foi observada, nomeadamente por Margaret Thatcher, que viria a ser primeira-ministra da Grã-Bretanha em 1979. Laços estreitos serão seguidamente

estabelecidos entre o seu governo e o do general Pinochet durante os anos 80⁵. A simpatia pessoal que Thatcher nutria pelo sanguinário ditador, levou-a a colocar-se à cabeça do movimento em favor da sua libertação no final de 1998, aquando de uma estadia ele foi detido à vista e submetido a pedidos de extradição formulados, primeiro pelo governo espanhol e secundado por outros países que queriam julgá-lo pelos crimes cometidos contra os seus cidadãos depois do golpe-de-estado de 1973⁶.

Notar-se-á de passagem que este apoio a um ditador por uma neoliberal que se reclama de um regime democrático poderia parecer embaraçante para o neoliberalismo. De facto, como sustentou Von Hayek, a democracia não é um valor promovido pelo neoliberalismo. Aos seus olhos, ela pode pelo contrário constituir um travão ao desenvolvimento da liberdade de acção dos agentes económicos e dos seus interesses privados, e é esta liberdade segundo ele, que deve primar sobre a democracia. Ninguém estranhará então que estes teóricos chefes de fila do neoliberalismo, Friedman e Von Hayek, tenham observado com entusiasmo a experiência chilena, tão conseguida aos seus olhos que deu lugar a um crescimento económico relativamente rápido⁷. Ninguém estranhará também que Margaret Thatcher, para justificar o seu suporte ao ditador ameaçado, tenha gritado aos quatro ventos, os méritos daquele a quem se deve, segundo ela, ter libertado o Chile da ameaça socialista. Na altura em que se realizava o laboratório chileno, as farpas da via neoliberal foram também cravadas na Europa e na América do Norte. Em 1974, na República Federal da Alemanha, o Banco Central (*Bundesbank*) virava as costas à política Keynesiana de estimulação da economia, da coligação governamental dominada pelo Partido Social-democrata, e encetava uma viragem monetarista que iria sacrificar o objectivo do pleno emprego à luta contra a inflação. Uma viragem semelhante acontecia nos Estados-Unidos na segunda metade da década sob a presidência do Democrata Jimmy Carter, que deu igualmente o élan da desregulamentação e a um recuo dos direitos sindicais.

A viragem conheceu a sua maior amplitude com a eleição dos conservadores dirigidos por Margaret Thatcher na Grã-Bretanha em 1979. Pela primeira vez, foi eleito num país capitalista dominante, um governo cujo comprometimento foi a implementação do programa neoliberal. No ano seguinte, em 1980, Ronald Reagan foi eleito presidente dos Estados-Unidos com o mesmo compromisso. Chegado ao Canadá sob o governo liberal de Pierre-Elliot Trudeau com a entrada em vigor da política monetarista do Banco Central em 1975, ele de implementará durante a década seguinte ao ensino do *Reaganismo* importado dos Estados-Unidos com o governo conservador de Bryan Mulroney; as políticas em vigor ao nível federal encontraram prolongamento nas políticas semelhantes das diversas províncias, no Quebeque em particular com o governo de Robert Bourassa. Privatização, desregulamentação, compressões orçamentais, diminuição do tamanho do governo, taxaço dos serviços públicos, rentabilização, retorno ao jogo livre das forças do mercado, fiscalidade favorável ao investimento privado, tais foram as palavras-chave em nome das quais foi praticada a política económica.

⁵ Em particular, na altura da guerra das Malvinas entre a Argentina e a Grã-Bretanha em 1982, Pinochet tinha dado o seu apoio à Grã-Bretanha e tinha posto as bases militares chilenas à sua disposição.

⁶ Depois de 503 dias cingido à residência na Inglaterra enquanto a justiça espanhola tentava sem sucesso obter a sua extradição, o general Pinochet era alvo de perseguições no seu próprio país desde o seu retorno em março de 2000. Em julho de 2002, o supremo tribunal do Chile punha definitivamente termo aos processos entepostos contra ele declarando-o “mentalmente inapto” a submeter-se a um processo. O supremo tribunal confirmava assim a decisão do tribunal de recurso de Santiago, livrado no ano anterior, de suspender as acusações contra si por causa de “demência vascular”

⁷ Numa análise rigorosa dos efeitos reais da política neoliberal neste país, para lá das aparências sugeridas unicamente pela evolução das taxas de crescimento do PIB, deixa antes perceber um acréscimo do subdesenvolvimento. Veja-se sobre esta questão a obra de Xavier Arrizabalo Montoro citada na bibliografia.

Em 1982 na República Federal da Alemanha, a coligação democrata-cristã chefiada por Helmut Kohl foi levada ao poder, para aí ficar até 1998. Quase todos os países do norte da Europa ocidental fizeram de seguida uma viragem à direita, à excepção da Suécia, da Áustria e da Noruega que à conta da “parceria social” se agarraram à sua política de pleno emprego e de manutenção do Estado-providência. Mas isso não deveria ser por muitos anos. Desde o final dos anos 80, sob o peso de uma economia mundial agora dominada pelo neoliberalismo, a parceria social, em nome de uma “sanitização” económica apelidada de incontornável, tornou-se em instrumento de implantação das políticas neoliberais.

Da mesma maneira, as esperanças criadas em França, na Itália, na Espanha, em Portugal e na Grécia pela eleição de governos dirigidos por partidos socialistas, sós ou em coligação com outros partidos que se reclamavam da classe operária como os partidos comunistas, foram rapidamente desfeitas. Estes governos, ainda que levados ao poder pelo apoio duma população que ansiava por medidas progressistas, tiveram desde a sua chegada ao poder como na Espanha, ou depois de um breve período de tempo como na França, virado as costas aos compromissos para aderir à ortodoxia neoliberal dos governos de direita, abandonando o objectivo do pleno emprego para dar prioridade à luta contra a inflação, ao controlo dos défices orçamentais, às reformas fiscais favoráveis aos detentores de capitais, e às privatizações.

Na Austrália e mais ainda na Nova Zelândia que se transforma num caso extremo citado em todo o mundo pelos protagonistas do neoliberalismo como exemplo a seguir, os partidos trabalhistas no poder levaram mais longe que na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher o programa neoliberal.

No fim dos anos 80, acontecimentos importantes vieram dar novo impulso à expansão planetária do neoliberalismo. A queda, de 1989 a 1991 dos regimes burocráticos estalinistas da União Soviética e dos seus satélites da Europa de Leste, aparecia como a demonstração da inaptidão da economia planificada fundada sobre a propriedade do Estado dos meios de produção a dirigir os destinos da humanidade, e como a consagração do triunfo das leis do mercado como único regulador possível da economia.

Vários ex-membros dirigentes do aparelho político (*ex-apparatchiks*) da burocracia repressiva se revelaram espontaneamente como apóstolos de fina ponta das teorias de Von Hayek e de Friedman e passaram a ser os artesãos duma “terapia de choque” destinada a fazer passar sem transição a economia planificada à economia de mercado. Eles realizaram, em grande parte em seu próprio benefício, gigantescos programas de privatizações nas economias onde no essencial os grandes meios de produção eram estatais. De simples administradores burocráticos todo-poderosos de meios de produção pertencentes até aí ao Estado, eles se transformaram em proprietários privados desses mesmos meios de produção, constituindo-se assim numa nova componente nacional da burguesia mundial, com a sua fracção mafiosa praticando uma criminalidade em grande escala.

Estes acontecimentos contribuíram largamente para confortar a condenação neoliberal do Estado-providência, da economia mista e do intervencionismo estatal. A primeira metade da década de 90 pode então ver o neoliberalismo consolidar-se lá onde ele estava já implantado, e estender-se mais facilmente ao resto do mundo. Na Grã-Bretanha o thatcherismo sobreviveu a Margaret Thatcher com a vitória de John Major em 1992. Em França, os socialistas foram suplantados pela direita em 1993. Na Itália, em 1994 foi eleito Silvio Berlusconi⁸ à cabeça duma coligação incluindo uma componente

⁸ Afastado do poder ao fim de um pequeno período de sete meses e substituído por coligações sucessivas de centro-esquerda fazendo política de direita, Berlusconi regressaria em força em 2001, de novo em coligação com partidos de extrema-direita de origem fascista e xenófobos.

neofascista. Em Espanha, o Partido Socialista Operário foi dizimado pelo Partido Popular dirigido por José Maria Aznar. Na Suécia, os social-democratas foram derrotados em 1991 por uma frente da direita.

O neoliberalismo estendeu-se ao mesmo tempo na América latina, terreno fértil em razão nomeadamente da hiperinflação crónica que aí reinava e dos remédios monetaristas propostos para a atacar. Depois do laboratório chileno, descrito anteriormente e que serviu de modelo aos países capitalistas industrializados, em primeiro lugar a Grã-Bretanha, teve lugar o laboratório boliviano. Onde o economista neoliberal americano Jeffrey Sachs experimentou a partir de 1985 os métodos da “terapia de choque” que de seguida propôs e aplicou na Polónia e na Rússia no início dos anos 90. De seguida foi a viragem neoliberal mexicana a partir de 1988 com a eleição do presidente Carlos Salinas de Gortari, viragem que atingiu a Argentina com a eleição de Carlos Menem em 1989, o Brasil com a eleição de Fernando Collor de Mello⁹ no mesmo ano, a Venezuela com a reeleição de Carlos Andrés Perez igualmente em 1989 e o Peru com a eleição de Alberto Fujimori em 1990. No Chile, as políticas implantadas sob a ditadura de Pinochet sobreviveram sob o governo de Patricio Aylwin, eleito em 1989, depois da derrota do ditador quando de um plebiscito que organizou em 1988 para solicitar o apoio popular à recondução do seu governo.

Última região do mundo a ser atingida, a Ásia não sofreria tão fortemente os efeitos senão quando rebentou em 1997, uma crise financeira cujas réplicas se estenderiam a todas as regiões do globo. As economias que tinham sido designadas por “tigres” ou “milagres” asiáticos (Hong Kong, Coreia do Sul, Tawan e Singapura), e os outros “dragões” (Indonésia, Tailândia, Malásia, Filipinas), onde a liberalização e a desregulamentação deram lugar a uma extraordinária extensão dos investimentos especulativos e dos riscos aí associados, foram os primeiros a revelar os limites de uma visão das coisas que conseguiu impor-se ao mundo inteiro.

Ao sabor desta crise, os Estados-Unidos intensificaram a sua campanha contra os obstáculos à universalização do neoliberalismo que constituíam ainda o Japão e a Coreia-do-Sul onde os modelos de desenvolvimento fundados sobre o papel dirigente do Estado em matéria de política industrial e de alocação de recursos e sobre um forte encadeamento do Estado, dos bancos e da indústria, há muito adorados pela sua eficácia, eram malgrado apelidados de arcaicos devendo dar lugar a uma alocação dos recursos por intermédio dos mercados inteiramente livres de controlos estatais.

A viragem neoliberal implantou-se igualmente na China a partir de 1989, sobre a base de esmagamento pelo Estado, sobre a praça Tienanmen de Pequim, em 4 de junho, do poderoso movimento social que se desenvolveu nos anos 80 contra os privilégios da burocracia e o seu monopólio político, e pela democracia, a igualdade e a justiça social. Como nos países da ex-União Soviética e os seus satélites da Europa central e oriental, os *ex-apparatchiks* passaram a campeões da economia de mercado, das privatizações e da inserção da mundialização capitalista.

Mantida num estado dramático de subdesenvolvimento pelo domínio colonial, depois imperial, esmagada sob o peso de uma dívida externa que bloca qualquer possibilidade de desenvolvimento, a África carrega o peso insuportável das políticas dos países capitalistas desenvolvidos e dos organismos

⁹ Destituído três anos mais tarde por corrupção, Collor de Mello era o primeiro Chefe de Estado, depois de perto de quarenta anos de ditadura militar, a aceder ao poder por sufrágio universal no Brasil. Ele derrotou por uma pequena maioria o candidato do partido dos trabalhadores, Luís Inácio da Silva, dito “Lula”. O seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, era portador do mesmo programa neoliberal.

internacionais como o FMI e o Banco Mundial¹⁰ que arruinaram a quase totalidade dos países do continente¹¹. Para os poderosos deste mundo, a crise profunda em que se encontra a África atribui-se à deficiente integração desta no mercado mundial. A via de saída desta crise passaria portanto por uma aceitação das regras do jogo impostas pelo neoliberalismo, como o reforço do sector privado, o ajustamento às regras comerciais do mercado-livre da Organização Mundial do Comércio (OMC), uma maior abertura ao investimento estrangeiro e uma intensificação da privatização dos serviços públicos já começada, outras tantas medidas postas a circular por este Novo partenariado pelo desenvolvimento da África, conhecido pelo seu acrónimo inglês NEPAD, que teve início na reunião dos países do G8 em 2002 em Kananaskis no Canadá.

2 – Alguns resultados das políticas neoliberais

Inflação, crescimento, desemprego

As políticas neoliberais foram apresentadas pelos seus protagonistas como o remédio incontornável à estagflação dos anos 70. Elas deviam permitir conter a inflação e remeter a economia no caminho do crescimento. No plano da luta contra a inflação, depois de resultados catastróficos de 1979 a 1982, as políticas monetaristas permitiram atingir o fim em vista. Dos 9% que corriam entre 1971-1980, a taxa anual média da inflação dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), quando se excluem os “países de forte inflação”¹², foi reduzida a 5% durante os anos de 1981-1990 e a pouco mais de 2% durante os anos 1991-2000¹³.

No que diz respeito ao crescimento económico pelo contrário, medido pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), de 3,5% em média para o conjunto dos países da OCDE nos anos 70, ele baixou a 3% durante os anos 80 e a 2,65% durante os anos 90. Quanto à taxa de desemprego, resultado directo do abandono da luta pelo emprego em favor da luta contra a inflação, de 4% em média para o conjunto dos países da OCDE nos anos 70 passou para 7% durante as décadas seguintes. Estes dados que são as médias, são em certos casos largamente ultrapassados como na Polónia e na República Eslovaca, mas também na Espanha, na Itália na Finlândia, na Grécia e na França e em menor grau no Canadá e na Austrália. Cerca de 35 milhões de pessoas se encontraram assim sem trabalho no início do novo milénio contando apenas no “clube dos países ricos” que é a OCDE, sem contar os milhões de pessoas em situação de trabalho precário (tempo parcial, contratados a prazo,...) em nome da flexibilidade do mercado de trabalho reclamado como uma condição da melhoria económica. Durante os anos 80 e 90, o emprego a tempo parcial representou em média entre 10% e 15% do emprego total nos Estados-Unidos, na Alemanha e na França, entre 15% e 20% na Suécia, Canadá e Japão, entre 20% e 25% na Grã-Bretanha, Suíça e Austrália (OCDE, *Perspectivas económicas* nº 65, junho de 1999, pág. 160).

¹⁰ Ver em particular Joseph Stiglitz, *A grande desilusão*. Prémio Nobel da Economia em 2001, Stiglitz foi vice-presidente e economista chefe do Banco Mundial de fevereiro de 1997 a fevereiro de 2000.

¹¹ A África-do-Sul constitui uma excepção.

¹² Fundada em 1960 por vinte países industrializados da América do norte e da Europa, a OCDE contava trinta membros em 2002. Até 2000, os “países de forte inflação” eram aqueles onde a taxa de inflação era de pelo menos 10% em média durante a década de 90. A partir de então passaram a ser os países onde a taxa de inflação era de pelo menos 10% em média dos últimos dez anos. Estes países eram à partida a Grécia, a Hungria, o México, a Polónia, a República Checa e a Turquia. Depois de 2000 passaram a ser a Hungria, o México, a Polónia e a Turquia.

¹³ Estes dados são retirados dos diversos números de *Perspectivas Económicas* da OCDE publicadas em junho e dezembro de cada ano.

Sobre o plano do crescimento e do emprego que ele deveria estimular, o falhanço das políticas neoliberais é manifesta. Elas não conseguiram assegurar o relançamento e a estabilidade do crescimento prometido. Em numerosos casos, donde o mais gravoso é o da Argentina, elas provocaram o caminho da catástrofe.

O desastre argentino

País que tinha nos anos 40 um dos mais elevados níveis de vida do mundo, a Argentina afundou-se literalmente sob os efeitos acumulados duma gestão económica neoliberal marcada por uma corrupção generalizada, em crescendo desde os tempos da ditadura militar do general Jorge Videla, no poder de 1976 a 1983, e que conheceu o seu pleno desenvolvimento sob a presidência do peronista Carlos Menem de 1989 a 1998. Designado como o “melhor aluno do Fundo Monetário Internacional”, a Argentina pôs em prática toda a gama de medidas exigidas por este organismo.

Preso a uma dívida externa que quase quintuplicou em sete anos sob a ditadura militar¹⁴, de 8 a 45 mil-milhões de dólares devido essencialmente a uma delapidação e de um desvio de fundos públicos pela junta militar no poder e da alta draconiana das taxas de juro que caracterizou a primeira fase de aplicação das políticas neoliberais no início dos anos 80, a Argentina procedia, sob a presidência de Carlos Menem a partir de 1989, a uma privatização massiva dos serviços públicos oferecidos às multinacionais a cerca de 30% do seu valor, a uma subida das taxas de juro, à liberalização da economia e à “dolarização” da moeda nacional, ou seja a instauração da paridade entre o peso argentino e o dólar americano. Ela conseguia por esta última medida a conter a hiperinflação em vigor e a aligeirar o peso da dívida externa em dólares, e sobretudo a instaurar um clima de confiança dos investidores estrangeiros, mas criando um novo problema, esse da queda das exportações pela perda de competitividade do país sobre o mercado externo e de uma subida das importações.

Seguiu-se um aumento do défice comercial e por conseguinte da dívida externa, que atingiu assim os 150 mil milhões em 2002, num contexto onde se permitiu impunemente uma evasão fiscal massiva dos ricos privando o estado de metade das suas receitas e uma fuga de capitais para o estrangeiro cujo montante atingiu os 120 mil-milhões no mesmo ano, ou seja ao nível da dívida externa. O resultado: uma economia em ruínas, 30% da população no desemprego, e mais de 50% abaixo do patamar de pobreza num contexto onde o regime de proteção social foi em grande parte liquidado, uma profunda recessão que ao fim de 4 anos, conduziu à explosão social no fim de 2001. A onda de choque argentina transmitia-se ao Uruguai e ameaçava o Brasil alguns meses mais tarde.

Aumento das desigualdades, crises financeiras, descomprometimento do estado

Durante estas duas décadas de políticas económicas neoliberais de 1980 a 2000. A exclusão e a desigualdade da repartição dos rendimentos e da riqueza cresceram ao invés no mundo, entre ricos e pobres dentro dos países e entre países ricos e países pobres. A título de exemplo segundo os números revelados em 1998 pelo *Relatório mundial sobre o desenvolvimento humano* do Programa das Nações

¹⁴ Mesmo com os bons cuidados do FMI que demonstrou interesse particular na junta militar, colaborando sistematicamente com ela, delegando um emissário particular, dante Simone, junto do Banco Central argentino durante a ditadura.

Unidas para o desenvolvimento (PNUD), no fim dos anos 90, os 20% dos países mais ricos abraçavam 86% da riqueza mundial; os 20% dos países menos ricos não acumulavam que 1,3% da riqueza mundial. Em 1960, o rendimento dos primeiros era 30 vezes superior ao rendimento dos segundos. Em 1995, esta diferença passou para 82 vezes superior. Em mais de 70 países, o rendimento por habitante era no final dos anos 90 inferior ao que era 20 anos antes. As 225 maiores fortunas do mundo ultrapassavam o bilião de dólares, ou seja quase o rendimento do rendimento anual de quase metade da humanidade. Nos Estados-Unidos, o país mais rico do mundo, 45 milhões de pessoas viviam abaixo do lumiar de pobreza, 40 milhões não tinham qualquer cobertura médica e 52 milhões eram iletrados. Neste mesmo país, segundo a revista *Business Week*, um dirigente de uma empresa ganhava em média 20 vezes o salário de um operário em 1980, 85 vezes em 1990 e 530 vezes em 2000.

A desigualdade, dita necessária segundo o dogma neoliberal para remeter a economia no sentido do crescimento, tarda, é o mínimo que podemos dizer, a produzir os efeitos prometidos.

As medidas fiscais favoráveis ao capital que estão no coração das políticas neoliberais de relançamento do investimento contribuíram certamente a restaurar a rentabilidade do capital, mas, conjugadas às medidas de desregulamentação dos mercados financeiros, elas amplificaram um movimento de procura duma rentabilidade acrescida nos investimentos especulativos a curto termo, deixando de lado o investimento no domínio dos bens de equipamentos que é a condição *sine qua non* do crescimento económico real, aumentando os riscos de desestabilização da economia e provocando o rebentar de profundas crises financeiras e bolsistas em 1987 e 1997-1998 e o rebentar da bolha da “nova economia” em 2000.

A redução da fiscalidade em favor do investimento não produzindo os resultados esperados sobre o crescimento económico e por conseguinte sobre os rendimentos dos impostos recebidos pelo estado, pode facilmente compreender-se que a manutenção de um certo nível constante de despesas públicas nestas circunstâncias teve por efeito de amplificar um défice orçamental e uma dívida pública ainda acrescida pelas despesas suplementares de subsídios de desemprego e de assistência social provocados pela estagnação. Donde a determinação ainda mais forte dos governos neoliberais a reduzir o “tamanho do estado”, cortando principalmente nos programas sociais.

O Quebec e o Canadá não escapam a esta tendência pesada, o governo do Parti Québécois (Partido Nacionalista provincial do Quebec) comprometia-se em 1996 numa operação de saneamento das finanças públicas e de prosseguir no objectivo da eliminação completa do défice para o exercício financeiro de 1990-2000. Ele podia tanto aí bem se atrelar tanto que estava assegurado o apoio dos seus “parceiros sociais”, de entre os quais as grandes centrais sindicais; de entre as consequências desta adesão às políticas neoliberais, as reduções draconianas do financiamento público da saúde e da educação. No mesmo momento o governo liberal em Otava garantia os meios de conseguir o objectivo do equilíbrio, depois o superavit orçamental, recusando de corrigir um desequilíbrio fiscal graças ao qual ele acumulava extras enquanto as províncias estavam privadas dos fundos necessários ao financiamento dos seus programas de saúde e de educação, desviando ilegalmente para o orçamento dos rendimentos e das despesas do governo os extras em caixa do fundo de desemprego criados pela exclusão de dezenas de milhar de desempregados privados assim das prestações, e recusando de remeter aos mais idosos da sociedade os 3 mil-milhões de dólares de prestações de que foram privados desde 1993 pela negligência governamental de os inscrever entre os recipiendários admissíveis au Suplemento de rendimento garantido.

As soberanias nacionais submetidas aos mercados

A vontade de liberalizar as trocas comerciais e de fazer recuar o proteccionismo estiveram na origem de “ciclos” sucessivos de negociações internacionais que se desenrolaram desde o final da II guerra mundial, no quadro do Acordo Geral sobre as tarifas aduaneiras e o comércio ou *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), assinado em Genebra em 1947 sob os auspícios das Nações Unidas. Eles permitiram reduzir progressivamente as tarifas aduaneiras de número crescente de países. O último “ciclo” de negociações levado a termo, designado “ciclo do Uruguai”, concluiu-se todavia com uma mudança qualitativa de relevo com a criação, no 1º de janeiro de 1995, da Organização Mundial do Comércio (OMC)¹⁵. Vinda juntar-se às outras grandes instituições internacionais criadas no rescaldo da II Grande Guerra Mundial, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o desenvolvimento (BIRD) ou o Banco Mundial, a OMC tem isto de particular, por consentimento dos países signatários do acordo ela é dotada de poderes supra nacionais escapando ao controlo parlamentar dos Estados nacionais, ela dispõe do poder de impor regras de conduta a esses Estados nacionais, onde a soberania pode assim ser posta em causa em questões de importância capital como a legislação laboral, proteção do meio ambiente, etc., se os regulamentos nestas matérias são julgadas contrárias ao princípio supremo da “liberdade do comércio”!

A partir deste ponto de apoio que é a OMC, quis-se estender aos investimentos o reconhecimento internacional do princípio da mais completa liberdade de movimento, quer se tratasse de investimentos industriais, comerciais, imobiliários ou financeiros, de transações de divisas, as ações e obrigações, a propriedade a rendimentos ou os recursos naturais. ÉW no seio da OCDE e no maior segredo¹⁶, que foram encetados em maio de 1995 as negociações com vista a concluir um Acordo Multilateral sobre o Investimento (AMI). No espírito dos seus conceptores, este acordo devia ter o estatuto de um tratado, onde as disposições prevalecem sobre as leis internas dos países signatários. O projecto previa a proteção completa do investimento e dos lucros realizados, em qualquer circunstância e em particular no caso de “problemas sociais” ou de quaisquer acontecimentos podendo causar a um investidor faltas de ganho ou perdas de lucro. Ele acordava a todo o investidor privado o direito, reconhecido unicamente aos Estados no caso da OMC, de processar um Estado perante um tribunal privado. Os investidores teriam tido a possibilidade de pedir a um tal tribunal de declarar que um regulamento nacional, diga-se uma lei, constitui um atentado à liberdade de investir e deve ser abolido; entretanto o Estado culpado teria tido a obrigação de reverter ao investidor lesado uma compensação financeira.

Em suma o projecto da AMI tinha como objectivo estabelecer os direitos dos investidores e a primazia desses direitos sobre os direitos dos Estados, reduzidos a adaptar as suas políticas aos acordos internacionais sob pena de serem processados nos tribunais em caso de derrogação. Felizmente em abril de 1997, dois anos depois do início da negociação secreta do projecto, este pode ser revelado graças a uma fuga. Desde logo se constituiu à escala mundial um vasto movimento de oposição que acabou por ter em razão do Project, a pressão social forçando o governo francês do partido socialista dirigido por Lionel Jospin a retirar-se das negociações e a fazê-las abortar. Seria de qualquer maneira ingenuidade pensar-se que o Project estava definitivamente enterrado. Cedo ou tarde, os seus

¹⁵ Um novo ciclo de negociações multilaterais, designado “ciclo do desenvolvimento”, foi lançado em novembro de 2001 em Doha no Qatar sob a égide da OMC, onde ela tinha procurado refúgio ao abrigo dos protestatários depois do fracasso da reunião de Seattle em dezembro de 1999. Os manifestantes anti mundialização de envergadura tinham impedido começar aquilo que devia ter sido designado por “ciclo do milénio”

¹⁶ A sede social da OCDE em Paris, é ironia do azar, *le Chateau de la Muette* (o Castelo da Surda).

protagonistas iriam à procura de maneira de o fazer renascer das cinzas. Depois do fracasso do ciclo de negociações no seio da OCDE em outubro de 1998, foi reenviado à OMC, o quadro dentro do qual devia ser negociado à partida, de entre os 134 países membros desta organização¹⁷. Julgando este fórum inapropriado porque eles iriam sem dúvida aí encontrar a oposição dos países subdesenvolvidos, os países industrializados tinham então decidido de proceder exclusivamente entre eles e dentro do maior segredo no seio do clube dos países ricos que é a OCDE.

O resultado visado como explicava o director geral da OMC, Renato Ruggiero, quando do lançamento das negociações secretas do projecto da AMI em 1995¹⁸ era de juntar mais um elemento à “estabelecimento da constituição mundial do século XXI” [Chesnais, junho 1998, pág. 72]. Bela constituição aquela que se tenta elaborar em segredo sem a participação dos povos. Isso a fazer lembrar a “constituição” canadiana de 1967, o Acto da América do Norte Britânico, “bill” privado adoptado pelo parlamento de Londres sem qualquer consulta à população. Um dos pais desta confederação, John MacDonald, estimava então que seria absurdo submeter à população o projecto de constituição. “Uma vez adoptado sem possibilidade de recurso, dizia ele, a população depressa aprenderá a aceitá-lo”¹⁹.

Feito digno de menção, as cláusulas de proteção dos “direitos” dos investidores internacionais visados pela AMI, e visados ainda hoje pelas multinacionais e os seus representantes no seio dos governos, estavam pelo essencial já consignados num acordo internacional, mais precisamente no ainda célebre capítulo 11 do *Acordo de Comércio Livre da América do Norte* (NAFTA (Acrónimo Inglês)) entre os Estados-Unidos, o Canadá e o México, entrado em vigor em 1994. O NAFTA constitui de facto um sólido pivot em torno do qual vão continuar a apoiar-se os defensores da maior liberdade de acção e duma garantia estanque dos seus rendimentos contra toda eventualidade, para assim tentar obter a generalização à escala mundial, depois da tentativa infrutífera do AMI. A primeira etapa desta segunda ofensiva foi a abertura das negociações com vista à criação de uma *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA) englobando 34 dos 35 países do continente americano “da terra do Baffin à terra de fogo” (desde as ilhas do arquipélago ártico Canadiano ao fim do mundo no sul da Argentina) com a exclusão de Cuba. Iniciados em Santiago do Chile em 1998 visando a conclusão dum acordo o mais tardar em 2005, as negociações tal como aquelas do AMI, desenrolaram-se sob o maior dos segredos até à cimeira de abril de 2001 no Quebec, segredo escondido principalmente dos povos abrangidos por esta mesma “carta dos direitos das multinacionais” que elas próprias entenderam instaurar. Felizmente, tal como no caso do AMI, uma fuga de informação contribuiu a suscitar contra este projecto a oposição consequente daquilo a que hoje se entende chamar de “sociedade civil”.

A integração neoliberal da Europa

A mesma filosofia de abandono das soberanias nacionais e do controlo parlamentar dos Estados sobre os elementos chave da política económica para entregar a o conjunto às instituições supranacionais e, em definitivo, aos mecanismos de mercado das quais são os cães de guarda, presidiu à criação da moeda única europeia, o EURO, entrado em vigor no 1º de janeiro de 1999, e dum Banco Central

¹⁷ Este número atingia 144 em 2002.

¹⁸ Sucederam a Renato Ruggiero na direcção da OMC, Michael Moore em 1999 e Supachai Panitchpadki em 2002.

¹⁹ Citado por Stanley-Bréhault Ryerson, *Le capitalism et la confédération. Aux sources du conflit Canada-Québec, 1760-1873*, traduzido do Inglês por André d’Allemagne, Montreal, Edições Parti-Pris, 1978, pág.270 (Não conheço versão portuguesa)

Europeu (BCE) hoje responsável com toda a independência, da política monetária dos países membros²⁰. O novo dispositivo resulta de facto numa instituição que foge a qualquer controlo, mesmo federativo, dos países membros, um poder efectivo de orientar as suas políticas orçamentais, fiscais, económicas e sociais. A independência do BCE em relação aos países membros da União Europeia não é que o pêndulo da sua dependência em relação aos mercados financeiros.

A criação da moeda única é o último acto constitutivo de integração económica da Europa, uma integração iniciada no rescaldo da II Grande Guerra Mundial ao ensino da coordenação das políticas públicas e dos investimentos e da regulamentação dos mercados, com a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 e a Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1957, mas onde as etapas decisivas estruturaram a Europa como um mercado único de bens e serviços, do trabalho e dos capitais foram atingidas em entre 1980 e 1990 sob a influência do neoliberalismo triunfante, com a adopção do Acto Único de 1986 e do tratado de Maastricht de 1993 e de Amesterdão de 1997. No quadro, em presença de uma moeda única que exclui as antigas desvalorizações competitivas das moedas nacionais, os capitalistas de cada país não dispõem de nada mais que as reduções de salários e das condições de trabalho no sentido da sua homogeneização por baixo, num contexto onde os movimentos de deslocalização do capital são largamente favorecidos pela eliminação dos riscos de flutuação e dos custos de conversão duma divisa para outra. A carta social adoptada em 1989 e reafirmada no tratado de Amesterdão em 1997 não fornece qualquer garantia contra esta evolução incontornável, não sendo mais que o enunciado de vagos princípios gerais sem valor incómodo, como o direito a um emprego “justamente remunerado”, a uma protecção social “adequada” e a uma reforma “suficiente”.

Livre de qualquer controlo dos Estados membros, o Banco Central Europeu está investido de uma única obrigação, a preservação da estabilidade dos preços através da actuação sobre as taxas de juro. As medidas de suporte da actividade económica e do emprego que são as políticas orçamentais e fiscais ficam, segundo um princípio “de subsidiariedade”, uma prerrogativa dos Estados membros, mas a margem de manobra dos Estados nesta matéria é severamente circunscrito pela obrigação que lhes é feita de conter os seus défices orçamentais abaixo de 3% do seu Produto Interno Bruto. Não é preciso dizer que esta regra é de natureza a favorecer o desmantelamento dos serviços públicos e os regimes de protecção social, para o maior bem dos capitais privados que esperam o momento para investir na privatização desses serviços. Quanto ao orçamento comunitário, o seu montante insignificante de cerca de 1% do PIB europeu²¹, priva-o de qualquer papel significativo na implementação de medidas de intervenção. A manutenção do peso do orçamento comunitário à sua mais simples expressão, conjugada ao recuso de dotar a União Europeia de verdadeiras estruturas democráticas e de poderes federativos²², ilustra bem o facto que a edificação de uma Europa económica, plenamente adaptada às necessidades do capital segundo os princípios neoliberais, teve como corolário, veja-se por condição, a não edificação duma Europa política dotada de instâncias democráticas exercendo um controlo da esfera económica,

²⁰ Os onze países participantes da União Económica e Monetária Europeia ou países da “zona euro”, eram quando da sua criação no 1º de janeiro de 1999, a Alemanha, a Austria, a Belgica, a Espanha, a Finlândia, a França, a Irlanda, a Itália, o Luxemburgo, a Holanda e Portugal. A Grécia integrou a zona euro a 1 de janeiro de 2001. Três dos quinze membros da União Europeia não faziam parte em 2002, a Dinamarca, a Grã-Bretanha e a Suécia.

²¹ A título de comparação, o orçamento do Estado Federal dos Estados- Unidos é de 10% do PIB.

²² O Parlamento Europeu é eleito por sufrágio universal, mas o poder legislativo é detido pelo conselho de ministros, ao qual o Parlamento pode fazer recomendações. As instituições investidas de poder verdadeiro são a Comissão Europeia, o Tribunal de justiça Europeu e o Banco central Europeu.

Estas instituições supranacionais, como a OMC e o BCE, aos quais os Estados abandonaram a sua soberania nos campos decisivos, são engrenagens desta nova “constituição” neoliberal mundial do XXI^o século em vias de conclusão, uma constituição adaptada às necessidades da “globalização”, ou seja a da mundialização do capital. O termo “globalização” passado ao vocabulário quotidiano para mostrar uma realidade à qual não haverá outra escolha que seja adaptar-se, traduz o facto de que no quadro actual, aquele do capital mundializado, as actividades das esferas de produção e da comercialização são guiados por uma estratégia “global”, actuando simultaneamente nas zonas de aprovisionamento, a localização da produção e o lançamento no mercado. De igual, na esfera financeira, são determinados por uma estratégia global as escolhas determinando a composição dos portfólios de activos financeiros (acções, obrigações, divisas. Etc.) e os mercados sobre os quais estes activos são transacionados à escala mundial [Chesnais, 1996, pág. 11] Nesta globalização, a esfera financeira ocupa um lugar preponderante.

Sob a hegemonia americana

Significativo que seja este desenvolvimento de instituições supranacionais às quais são abandonados os poderes, até lá, nacionais, seria de qualquer maneira um erro pensar no desaparecimento dos Estados nacionais ante um “capitalismo mundial” e à sua subordinação a essas instituições supranacionais. A realidade é pelo contrário aquela da subsistência duma hierarquia de Estados nacionais rivais, submissos à hegemonia económica, política e militar do poderoso imperialismo americano. Se em alguns pudessem ainda existir dúvidas, os atentados de 11 de setembro de 2001 vieram brutalmente recordá-lo, com o reforço sem precedentes do aparelho militar e do aparelho de segurança dos Estados-Unidos e com uma ordem precisa aos “aliados” para agir no mesmo sentido: *“vós estais connosco ou estais contra nós!”*. A arrogância do poderoso exprimiu-se igualmente, entre outros, pelo desprezo das instituições internacionais como a ONU e das convenções de Genebra sobre os prisioneiros de guerra, por se recusar a assinar o tratado de Quioto sobre a redução dos gases a efeito de estufa, pela sua oposição à criação e seu boicote ao Tribunal Penal Internacional criado com o fim de julgar e condenar países e indivíduos em caso de crimes de guerra, de genocídios e crimes contra a humanidade. Apresentando-se como os mais ardentes defensores do Comércio-Livre, os Estados-Unidos não hesitaram em renegar os princípios cada vez que isso era do seu interesse, recorrendo por exemplo em 2001-2002 às medidas protecionistas para limitar as importações de aço proveniente da União Europeia, da Rússia e do Japão e as importações de madeira de construção proveniente do Canadá, e distribuindo generosas subvenções aos fazendeiros americanos para os ajudar a fazer face à concorrência dos produtores agrícolas estrangeiros, agindo assim em total contradição com os seus compromissos tomados em 2001 em Doha no Qatar onde um objectivo declarado era a liberalização da agricultura.

3 - A ditadura dos mercados financeiros

Liberalização e desregulamentação

As medidas de liberalização e desregulamentação postas em prática pelos Estados-Unidos e a Grã-Bretanha entre 1979 e 1982 deram lugar a um limpar de barreiras internas e externas nos sistemas financeiros nacionais anteriormente compartimentados (entre as actividades reservadas aos bancos, às sociedades de fundos, às sociedades seguradoras, às casas de mediação, etc.) e fechados sobre o exterior. Elas permitiram a emergência dum sistema financeiro mundializado, dominado pelos Estados-

Unidos pela importância do seu dólar jogando um papel de moeda internacional, e da dimensão dos seus mercados bolsistas e de obrigações.

Tradicionalmente ao centro das actividades de financiamento na sua função de “intermediário” entre os aforradores e os emprestadores, os bancos de alguma maneira perderam o seu estatuto privilegiado para se encontrarem em concorrência com uma diversidade de organismos financeiros não bancários. A descompartimentação dos estabelecimentos financeiros produziu um fenómeno de “desintermediação” pela qual os emprestadores curto-circuitaram os bancos para solicitar directamente aos fornecedores de fundos emitindo os títulos nos mercados financeiros. Quanto aos fornecedores de fundos, eles desviaram-se em parte dos investimentos tradicionalmente pouco remunerados dos bancos, para orientar com vantagem as suas economias para os fundos comuns de investimento (fundos “mutuais”), os fundos de reforma (ou fundos de pensões) e as acções na bolsa. Nos países da Europa continental, onde a intermediação bancária tem tido tradicionalmente um peso relativo mais importante que nos Estados-Unidos e na Grã-Bretanha, a introdução da moeda única em 1999, pela eliminação do risco de troca, o desaparecimento das barreiras entre os mercados nacionais de capitais e a criação dum mercado europeu de capitais, deu um forte impulso à desintermediação bancária.

Envolvidos numa dura concorrência, os estabelecimentos financeiros desenvolveram toda uma gama de novos instrumentos financeiros, como os “produtos derivados”, tais os contractos a termo (*futuros*), as opções de compra e venda de títulos e os contractos de trocas (“*swaps*”), onde o valor é *derivado* de activos financeiros ou reais subjacentes e a razão de ser é em princípio, a protecção contra o risco, mas na realidade é a especulação em vista dum rendimento acrescido. Apareceram igualmente com a mesma finalidade dos fundos altamente especulativos que são os “fundos de cobertura” (*hedge funds*), de que a denominação indica que a procura da protecção é o primeiro objectivo. Com efeito, a finalidade dos fundos de cobertura é antes a procura dum rendimento máximo com recurso a montagens financeiras e aos investimentos especulativos. Os fundos de cobertura são os fundos de investimento para pessoas afortunadas. A aposta inicial dos fundos era na origem de muitas centenas de milhares de dólares. Fundos mais acessíveis, para uma aposta inicial mínima de poucos milhares de dólares, apareceram depois.

Os fundos de cobertura não estavam na origem submetidos a qualquer regulamentação efectiva em matéria de capitais próprios. Um de entre eles, o fundo americano *Long Term Capital Management* (LTCM), fez-se conhecer pela sua estrondosa falência em 1998. Com capitais próprios ligeiramente superiores a 2Mil Milhões de dólares, o LTCM detinha um portfólio de 200 Mil Milhões de dólares e de produtos derivados dum valor de 1 Bilião e 250000 Milhões de dólares (1 250 000 000 000,00\$ US). Depois de ter reportado aos seus accionários taxas de rendimento da ordem dos 43% em 1995, de 41% em 1996 e de 17% em 1997, encontrou-se à beira da falência em 1998. Não será inútil mencionar que os dois grandes especialistas dos produtos derivados, os recipiendários do “prémio de ciências económicas em memória de Alfred Nobel” em 1997, Myrton Scholes e Robert Merton, eram associados de LTCM. Graças a uma intervenção extraordinária da reserva federal de Nova York que reuniu em poucas horas os fundos necessários, o LTCM pode ser salvo.

Tendo conta em particular, das dificuldades crescentes de frutificação do capital investido na actividade económica real (produção e comércio), massas cada vez maiores de capital procuraram valorizar-se na esfera financeira propriamente dita. Durante a primeira década de liberalização e desrulamentação dos mercados financeiros, a taxa de crescimento anual média do *stock* de activos financeiros foi três vezes superior àquele da formação bruta de capital fixo nos países da OCDE. A primeira parte dos mercados

financeiros a entrar na mundialização financeira com o afundamento do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods em 1971 e a ascensão dum regime de taxas de conversão flutuantes, o mercado de divisas tornou-se um mercado onde a primeira função era a especulação. No final dos anos 90 o volume quotidiano de transacções neste mercado atingia qualquer coisa como 1 Bilião e 800 Mil Milhões de dólares (1 800 000 000 000.00\$ US), enquanto o volume anual das trocas de mercadorias era de 5 Milhões e 500 Mil Milhões de dólares (5 500 000 000 000.00\$ US). Supondo 300 dias por ano de abertura dos mercados financeiros, pode-se facilmente verificar que por cada Mil Milhões de dólares de transacções comerciais internacionais, contava-se no fim dos anos 90, com qualquer coisa como 100 Mil Milhões de dólares de transacções especulativas sobre as divisas.

Predominância do investimento especulativo de curto termo

A procura do máximo rendimento em tempo mínimo predominava. Os investimentos voláteis, especulativos, de capitais financeiros conservando um alto grau de liquidez, sobrepuseram-se aos investimentos estáveis que são investimentos reais sobre a economia produtiva. A lógica financeira impôs-se definitivamente, subordinando a lógica industrial. Esta evolução foi mais a mais significativa com o lugar então preponderante sobre os mercados financeiros dos gestionários de fundos comuns de investimento e de fundos de reforma e pensões onde a estratégia de investimento é antes guiada pelo rendimento máximo a curto termo.

As consequências desta evolução são significativas em vários aspectos. Duma parte, a lógica do investimento especulativo a curto termo que preside aos investimentos de poupanças destinados a existência material dos reformados é uma lógica muito perigosa, já que ela faz depender a segurança financeira da reforma da roleta dos mercados financeiros. Por outro lado, a procura do máximo rendimento sobre os mercados financeiros, põe objectivamente em conflito as necessidades dos reformados e os dos trabalhadores activos, que têm estes de sofrer nas suas condições de trabalho as consequências da procura pelos seus empregadores duma taxa de rendimento máximo. A contradição atinge o pleno quando se constata que é o dinheiro dos assalariados que passa a ser a componente dominante dos investimentos, sobre os mercados financeiros que impõem os seus *diktats* a esses mesmos assalariados. Ela dá ainda um passo maior quando temos conta que em razão do seu tamanho, da sua grande volatilidade e da sua repartição (diversificação) à escala planetária em busca do melhor rendimento, os investimentos dos fundos de reforma e dos fundos comuns de investimento, constituem uma origem importante do crescimento da instabilidade dos mercados financeiros e dos riscos de crise financeira mundial. E esta situação não tem como não se amplificar no decorrer dos próximos anos, com o envelhecimento da população e o aumento da perseguição dos activos das caixas de reforma. Estes passaram de 29% do PIB em 1987 a 38% em 1996 nos países da OCDE, segundo os números deste organismo.

Código de governo das sociedades (“Corporate Governance”)

Uma verdadeira ditadura dos mercados financeiros está instalada. As suas exigências impõem-se no seio das empresas industriais, pelo princípio do código de governo das sociedades. Em virtude deste princípio que se desenvolveu nos Estados-Unidos a partir do final dos anos 80 e que se transmitiu ao resto do mundo pela internacionalização da detenção das acções, os accionistas, mais precisamente os gestionários de grandes blocos de acções duma companhia, são investidos do poder de participar na sua

gestão e de influenciar a sua orientação. As motivações a curto termo dos principais detentores de blocos de acções que se tornaram gestores de fundos comuns de investimento e de fundos de reforma, conseguem assim levar a melhor sobre a lógica a longo termo do investimento industrial criador de emprego. As companhias industriais, elas próprias são catapultadas nesta lógica, com uma parte importante dos seus investimentos a serem dirigidos para os mercados financeiros. A saúde dos mercados financeiros é então uma condição essencial da sua rentabilidade, tal como a flexibilidade, a racionalização das operações e os licenciamentos que daí resultam.

Esta tendência à escala mundial, modificou até a visão dos países subdesenvolvidos. Aquilo a que não há muito tempo se designava como “novos países industriais” ou “novos países em via de industrialização” (NPI) esses que de entre os menos desenvolvidos, tinham dado passos na via da industrialização onde havia preocupação pelos investimentos directos ao estrangeiro (IDE) que aí eram efectuados na esfera produtiva, fala-se agora para designar esses mesmos países, de “mercados emergentes”, quer dizer, mercados financeiros onde o investimento que domina é aquele que obedece agora à lógica financeira, o investimento de portefólio a curto termo de natureza especulativo.

Os riscos crescentes de crise financeira

A desregulamentação financeira iniciada no início dos anos 80 e as práticas que se desenvolveram no seu abastecimento fizeram ressurgir as condições de emergência das crises financeiras. O recurso excessivo ao endividamento é uma destas práticas. A sua motivação é a seguinte. Os lucros mais elevados resultantes dum capital global cujo tamanho é aumentado por um capital emprestado, vindo juntar-se ao capital próprio do investidor, procuram uma taxa de rendimento mais elevada sobre o capital próprio. Uma taxa de rendimento de 10% sobre um capital de 100 dólares constituído de 10 dólares de capital próprio e de 90 dólares de capital emprestado, permite dobrar a aposta inicial de 10 dólares²³. A taxa de rendimento dos fundos próprios é assim levado a 100% enquanto a taxa de rendimento sobre o conjunto do capital investido não é que de 10%.

É aquilo a que se chama o *efeito alavanca*²⁴ e quanto maior for a porção emprestada maior será o efeito alavanca. Compreender-se-á que existe uma contrapartida a este efeito multiplicador. Enquanto tudo vai bem o efeito de alavanca é benéfico. Mas se as coisas começam a correr mal, se as taxas de juro sobre o capital emprestado aumentam e se a taxa de rendimento do conjunto do investimento de capital baixam, o efeito alavanca distribui-se em sentido inverso e é a catástrofe. Portanto na óptica do “corporate governance” que acorda primazia à rentabilidade financeira imediata procurada pelos grandes detentores de blocos de acções, a taxa de rendimento sobre os fundos próprios passou a ser um critério privilegiado de avaliação da rentabilidade das companhias. Trata-se de toda evidência duma ilusão de óptica. Um rendimento especulativo elevado tem sempre como contrapartida um risco elevado. A falência já mencionada do fundo de cobertura LTCM em 1998 é um exemplo acutilante. As dificuldades observadas no sector bancário depois de 1980 disso são um exemplo.

²³ Com efeito, um pouco menos pois é preciso subtrair ao rendimento bruto, os juros sobre o capital emprestado.

²⁴ Por analogia com o princípio mecânico que consiste, com a ajuda de uma barra rígida apoiada sobre um pivô no solo, a elevar um peso numa das extremidades da barra, aplicando uma força de cima para baixo na outra extremidade. Por uma distância dada entre o pivot e a extremidade da barra onde se encontra o peso a elevar, o efeito de alavanca é tanto maior quanto maior for a distância entre o pivot e a extremidade onde se aplica a força de cima para baixo.

Destituídos do estatuto de actor principal na esfera financeira pela desregulamentação, os bancos tentaram reconquistar a sua parte do mercado orientando-se mais para os empréstimos a risco elevado (empréstimos a países subdesenvolvidos, especulação imobiliária, participação em montagens financeiras no quadro da aquisição de companhias financiadas em parte pela emissão de obrigações a alto rendimento mas a risco muito elevado (apelidados de obrigações de pacotilha ou *junk bonds* (lixo tóxico)). Desde os anos 80, uma série de bancos encontraram-se em séria dificuldades em vários países. Nos Estados-Unidos, centenas de bancos de entre os 13000 que existiam no país, abriram falência durante esta década. A mais espetacular destas falências foi aquela das “*Savings and Loans Institutions*” (caixas de crédito e aforro). Protegidas durante décadas por uma regulamentação que controlava rigorosamente as margens entre as taxas de juros sobre os empréstimos e sobre os depósitos, de maneira a proteger o dinheiro dos pequenos aforradores, elas foram levadas pelos efeitos da desregulamentação bancária votada sobre a presidência de Ronald Reagan em nome do liberalismo.

No mesmo momento, o sector bancário atravessava uma crise noutros países, nomeadamente nos países escandinavos (Noruega, Finlândia, Suécia) e no Japão. Nos países da Escandinávia procedeu-se a um salvamento governamental que conduziu em 1992 a uma nacionalização efectiva dos principais bancos. Resultado que não pode passar sem ser sublinhado desde que se sabe que a privatização é um dos componentes principais do programa neoliberal. Outra entorse remarcada neste programa, a fragilidade dos bancos, que se desenvolveu como resultado da desregulamentação dos anos 80, ironicamente forçou os principais países industrializados a concertarem-se no seio das organizações internacionais para estabelecer a partir de 1992, novas normas regulamentares com vista de assegurar a solvência dos bancos.

Na esfera financeira, o dinheiro parece fazer dinheiro sem relação com o processo real de produção de valores. As transações bolsistas sobre as acções duma empresa, podem produzir um rendimento financeiro superior àquele que esta mesma empresa obtém na esfera real para o fabrico e venda de mercadorias. Uma subida das bolsas pode muito bem produzir-se num momento onde a economia está paralisada. Como fruto das políticas neoliberais, num mundo onde os mercados financeiros dominam a economia de parte a parte, a especulação tende a tornar-se o modo de funcionamento normal da esfera financeira. Há mais de 50 anos, Keynes descrevia nos termos seguintes os riscos de uma tal evolução.

A especulação não faz nenhum mal quando ela não passa de uma bolha a flutuar numa vaga contínua de actividades produtivas; deixa de ser assim quando a actividade produtiva não passa de uma bolha num turbilhão especulativo. Quando num país o desenvolvimento do capital passa a ser o subproduto das actividades dum casino, pode esperar-se sempre maus resultados. [Teoria geral, pág.174]

Pela sua natureza, a esfera financeira é para muitos, o lugar propício da manipulação e da fraude, o lugar onde os “iniciados” se esforçam para influenciar as flutuações dos valores dos títulos para daí tirar um lucro. O explodir da bolha financeira do início de 2000 foi disso uma nítida ilustração.

4 – O enronismo, filho legítimo do neoliberalismo

Designemos pelo termo *enronismo* o modo de gestão fundado sobre a escroqueria erigida em sistema, que levou ao despoletar da vaga de Mega escândalos financeiros donde o primeiro acto revelador foi a estrondosa falência do gigante Enron no final de 2001. O *enronismo* é um filho legítimo do neoliberalismo.

O escândalo da Enron ...

Puro produto da desregulamentação dos mercados da energia lançado nos Estados-Unidos nos finais dos anos 80 e da desregulamentação financeira, a sociedade Enron, nascida em 1985 da fusão de duas companhias texanas de produção e de distribuição de gaz natural²⁵, transformou-se num verdadeiro conglomerado financeiro intervindo numa multitude de actividades, mediação do negócio da energia, negociação de produtos derivados²⁶ (contratos a termo, operações de cobertura), redes de telecomunicações por fibra óptica, produção e gestão de centrais de produção de energia, gestão de redes de distribuição de água potável, etc., tudo enquanto prosseguia na expansão da sua rede de gasodutos. A Enron conheceu um desenvolvimento fulgurante que fez dela em 2000 a sétima maior em importância nos Estados-Unidos, à frente duma IBM ou ATT por exemplo. O seu volume de negócios passou de 13 Mil Milhões de dólares em 1996 para 100 Mil Milhões de dólares em 2000. Ela possuía qualquer coisa como 4000 filiais em todo o mundo, os seus activos atingiam 60 Mil Milhões de dólares e dava emprego a 21000 pessoas. Bajulada pelo mundo dos negócios que lhe apontava o dedo como o modelo a seguir e considerava o seu presidente-director geral Kenneth Lay como um visionário, designado durante seis anos consecutivos como a companhia mais inovadora nos Estados-Unidos pela revista *Fortune*, ainda no auge da sua glória um ano antes, Enron estava reduzida a nada no final de 2001 pela sua monumental falência, até lá a maior da história dos Estados-Unidos.

Esta falência punha a nu a receita mágica que permitiu a remarcável ascensão da companhia, ou seja a fraude contabilística em grande escala sobre vários anos, de onde sobressai a camuflagem fora do orçamento duma fracção substancial, 7 Mil Milhões de dólares, da sua enorme dívida de 29 Mil Milhões de dólares pela sua transmissão contabilística às suas sociedades satélites, e à venda de activos a preços inflacionados a estas mesmas sociedades para bonificar artificialmente e ilegalmente o benefício de exploração da companhia, com o fim de suportar o preço das acções em bolsa. Forçada à divulgação destas fraudes e do estado real da sua situação financeira, Enron estava finalmente encostada à falência

²⁵ Ironia da história, quando se sabe que a fraude guiará o desenvolvimento da nova companhia assim criada, a fusão de duas companhias texanas, financiado pelas obrigações de pacotilha (*junk bonds*) emitidas pelo banco Drexel Burnham Lambert, de que a falência em 1990 foi o resultado dum espectacular escândalo. Os seus dirigentes e associados, Michael Milken, Ivan Boesky, Dennis Levine, Martin Siegel e Frederick Joseph foram condenados a penas de vários anos de prisão e a multas de várias centenas de milhões de dólares por uma multitude de delitos de abuso de informação privilegiada e de fraudes de vários tipos. Anedota interessante, o advogado Harvey Pitt, futuro presidente da *Securities and Exchange Commission* (Comissão dos valores mobiliários dos Estados-Unidos), designado para este posto em 2001 pelo presidente George Walker Bush, que negociou em nome de Ivan Boesky as condições da sua alegação de culpabilidade.

²⁶ De entre os produtos derivados, novos instrumentos destinados a reduzir os riscos ligados à evolução meteorológica.

no final de 2001²⁷. De 85 dólares que estavam um ano antes, o curso das acções em bolsa caíram até menos de um dólar, destruindo os bens dos accionistas, e logo em primeiro lugar, a poupança-reforma dos empregados da Enron constituída por mais de 60% de acções da própria companhia. Não somente os assalariados perderam o seu emprego, não recebendo que uma indemnização de saída de alguns milhares de dólares, mas eles perderam também o aforro construído ao longo dos anos para a sua reforma. Pior, eles viram negado pela direcção da Enron o direito de vender estas acções durante as semanas que precederam a falência e durante as quais o valor dos títulos, caíam sistematicamente, deixava prever o debacle e incitava precisamente à venda.

Durante este tempo, os quadros da Enron, dispuseram eles, livremente das suas acções, os detentores de opções de compra de acções exercendo estes direitos de compra a baixo preço inscrito sobre a opção, e o direito imediato de revenda a um preço mais elevado antes que o curso da acção não caia ainda mais. Muitas centenas de Milhões de dólares foram assim embolsados por estes quadros sem escrúpulos, levados à justiça depois por estes delitos de abuso de informação privilegiada que é a realização de um ganho pessoal graças a informações privilegiadas detidas a título privado, mas também por fraude em razão da dissimulação da deterioração da situação financeira da companhia e das transações fora dos livros que esconderam Milhares de Milhões de dívida, enquanto faziam crer na sua rentabilidade. No total, durante o ano da descida aos infernos que foi o ano de 2001, Enron pagou 745 milhões de dólares em salários, prémios e outras mordomias aos membros do clube restrito dos seus altos dirigentes, donde mais de 150 Milhões unicamente ao seu presidente-director geral Kenneth Lay.

Uma tal fraude não poderia nunca acontecer sem a cumplicidade de vários intervenientes e desde logo sem a cumplicidade dos contabilistas encarregados de verificar os livros da companhia vedeta. E cumplicidade aconteceu e muito a esse nível. O gabinete de verificação dos livros da Enron, Arthur Andersen, o quinto mais importante do mundo pelo seu volume de negócios²⁸, caucionou durante vários anos, as práticas fraudulentas da Enron. Mais grave ainda, ele foi até ao ponto de destruir maços de documentos da contabilidade da Enron no momento em que a bolha estava a ponto de rebentar. Acusado de cumplicidade na falsificação das contas e da destruição de peças de contabilidade, ele foi também condenado por entrave à justiça. Coberto de descrédito pelas suas práticas ilegais na Enron mas também em vários outros casos, e abandonado por uma boa parte da sua clientela, o gabinete Andersen foi humilhado, comprado aos bocados pelos seus concorrentes, não sem ter tentado antes, concluir um arranjo amigável com os accionistas, os empregados e os credores da Enron propondo entre 700 e 800 Milhões de dólares de indemnizações.

Mas antes da cumplicidade na verificação das contas, há a cumplicidade nos actos cometidos, aquela dos advogados que prepararam as montagens financeiras de maneira a proteger o melhor possível o seu cliente contra eventuais acusações de ilegalidade, e das dezenas de grandes bancos que participaram no financiamento de centenas de partenariados usados pela Enron durante anos a fio, para dissimular perdas e dívidas. Como o relata o jornal francês *Le Monde*, em 1999, Merrill Lynch, o primeiro banco de investimento americano, colectou 400 Milhões de dólares junto de investidores para os enviar a LJM2, um dos principais parceiros que serviram a dissimular as perdas e dívidas da Enron. *Crédit Suisse first Boston*, *JP Morgan*, *Deutsche Bank* e vários outros estabelecimentos fizeram a mesma coisa. Os bancos

²⁷ Um mês antes da falência, as agências de notação Standard and Poor's e Moody's tinham desvalorizado a dívida da Enron ao nível das obrigações de pacotilha (*junk bonds*), um regresso às origens, a criação da companhia em 1985 tendo sido financiada por este tipo de obrigações de alto risco e a taxas de juro elevadas (ver a nota 25).

²⁸ Atrás de PriceWaterhouseCoopers, KPMG, Deloitte Tohmatsu e Ernest & Young.

de *Wall Street*, levaram perto de 35 Mil Milhões de dólares entre 1999 e 2001 a esses partenariados desse tipo, fora de qualquer jurisdição ou de qualquer controlo²⁹.

Dezasseis dos dezassete analistas financeiros americanos especialistas da Enron, recomendavam ainda em setembro de 2001 (três meses antes da falência) a compra de títulos da Enron. Os de *Golman Sachs*, *leeman Brothers*, *Salomon Smith Barney* e *UBS Warburg* permaneciam ainda favoráveis em outubro, depois do anúncio de 600 Milhões de dólares de perdas. Encontram-se aí encorajamentos tão convincentes que eles são dirigidos no mesmo momento tanto para os empregados como para o próprio PDG da Enron, incentivando-os a comprar as ações da Enron, e aconselhar as famílias e os amigos a fazer o mesmo, assegurando-lhes a que a companhia não tinha qualquer problema de rentabilidade e que os resultados futuros se afiguravam excelentes, enquanto que eles se apressavam a vender as suas antes da desgraça³⁰.

E como caracterizar a atitude da *Securities and Exchange Commission* (SEC) Comissão dos valores mobiliários ou comissão das operações de bolsa, dos Estados-Unidos neste caso? Poderá conceber-se que um embuste desta envergadura que persistiu durante tanto tempo tenha podido escapar completamente ao organismo responsável do respeito das leis e das normas nesta matéria? Poderá conceber-se igualmente que a SEC não tenha efectuado o mínimo controlo das contas da Enron entre 1997 e 2001 e que por duas vezes, nos anos 90, ela tenha mesmo autorizado a Enron a não divulgar nos seus relatórios anuais o conteúdo exacto das operações financeiras?³¹

Que dizer então das ligações entre o grande patrão da Enron e o aparelho político do Partido Republicano? Amigo de longa data da Família Bush, o PDG da Enron, Kenneth Lay foi copresidente da campanha de reeleição de George Bush pai em 1992 e presidente da convenção do Partido Republicano desse mesmo ano, depois um dos mais importantes subscritores de fundos de George Bush filho na sua primeira campanha em 1994 para governador do Texas. A generosidade de Lay e da Enron para o Partido Republicano e dos seus cabeças de cartaz, mostrou-se ainda mais quando o ministro da justiça dos Estados-Unidos (*o procurador Geral*) John Ashcroft, de quem relevaria o inquérito do seu ministério às ilegalidades cometidas pela Enron, pediu de ser substituído desse cargo, invocando conflitos de interesse que não deixaram de ser revelados em razão das contribuições financeiras da Enron donde ele tinha sido beneficiado quando era senador do Missouri.

Mesmo se estes factos estão longe de ser inofensivos, são incontestavelmente os relatórios frequentes entre a Casa Branca e os dirigentes da Enron, chamados a participar num grupo especial de trabalho sobre energia presidido pelo Vice-presidente dos Estados-Unidos, Richard Cheney, que são os mais reveladores duma cumplicidade que se tornou particularmente embaraçosa para a roda de amigos do presidente depois da falência do gigante. Este grupo de trabalho que tinha elaborado uma política de construção rápida de centenas de centrais eléctricas tal como a exploração de novas jazidas de petróleo e gaz no Alasca, foi instituída pelo presidente Bush no seguimento de uma crise de fornecimento na altura em que centenas de milhares de lares tinham sido privados de electricidade na Califórnia em 2001. Ora, segundo as informações reveladas pela comissão do congresso encarregada de inquirir sobre a falência da Enron, a crise Californiana foi amplificada pela manipulação dos fluxos de electricidade pela Enron, donde os rendimentos teriam sido aumentados da mesma maneira que as cotações das suas ações, que os dirigentes revendiam então com lucro. Compreende-se a recusa categórica da

²⁹ “O caso Enron fez tremer o capitalismo mundial”, jornal *Le Monde*, 18 março 2002

³⁰ “Ken Lay, o rei deposto da Enron”, jornal *Le Monde*, 20 de fevereiro de 2002

³¹ Jornal *Le Monde*, artigo citado, 18 de março de 2002

administração Bush de divulgar as informações reclamadas sobre as actividades deste comité especial e a sua contestação em curso na justiça intentada contra ela pelo gabinete de verificação geral do congresso para obter essas informações³².

... revelador duma fraude erigida em sistema

Pode constatar-se de seguida, longe de ser a excepção, o escândalo da Enron não foi que o revelador duma realidade geral, aquela dum sistema gangrenado até à moela, onde a fraude passou a modo de vida numa impressionante rede de cumplicidades. O comum dos mortais aprendia que durante os cinco anos que precederam a falência da Enron, mais de 730 sociedades cotadas em bolsa nos Estados-Unidos teriam de rever em baixa os resultados previamente anunciados ao público. Algumas de entre elas, como a Sunbeam, teriam de pagar dezenas de Milhões de dólares de indemnização e juros aos seus accionistas por os ter fortemente enganado. Os grandes bancos de negócios americanos teriam também eles enganado fortemente os seus clientes incentivando-os a comprar certos títulos para se fazer aos lucrativos contratos de aconselhamento das companhias aventadas. A maior de entre elas, Merrill Lynch foi condenada em maio de 2002 a pagar 100 Milhões de dólares de multa por ter aconselhado aos seus clientes de comprar um título que ela qualificava de lixo na sua correspondência interna.

Em tal contexto, não era que por uma questão de tempo para que outros escândalos rebentassem. Nos seis meses que se seguiram à falência da Enron, os gigantes Global Crossing, Waste Management, Tyco, World Com, Xerox, Q-West, Adelphia, Merck e Bristol-Myers Squibb expuseram ao mundo, cada um na sua vez, os seus feitos em matéria de fraude contabilística, de destruição de activos e de enriquecimento dos dirigentes em detrimento de milhares de empregados despedidos, dos accionistas e dos fundos de poupança-reforma dos assalariados.

Antes de mais o grupo de telecomunicações Global Crossing, donde o paralelo com Enron é de estalo. De 50 Mil Milhões de dólares em 1999, o valor das suas acções em bolsa estava reduzido a nada em pouco mais de dois anos. Asfixiado sob uma montanha de dívidas de quatro vezes o volume de negócios anual, resultando de uma vaga de aquisições em todas as direcções, ela teve recurso, como a Enron e sob o olhar cúmplice do mesmo gabinete de verificadores contabilistas, Arthur Andersen, às manipulações contabilísticas que não deram mais do retardar algum tempo o seu fim. Mais generosa ainda que Enron, ela subscreveu durante o ano 2000 uma soma de 2,8 Milhões de dólares, comparativamente a 2,4 para a Enron, aos partidos políticos, repartidos igualmente no seu caso entre o Partido Democrático e o Partido Republicano. Como os dirigentes da Enron, os seus dirigentes serviram-se generosamente antes que o barco afundasse. Segundo várias origens o seu Presidente fundador, Garry Winnick vendeu entre 400 e 750 Milhões de dólares de acções antes do afundamento dos preços destas, imitado pelos outros dirigentes, enquanto se volatilizavam os pertences dos accionistas e a parte dos fundos de reforma dos assalariados constituídos de acções da companhia.

Segundo a *Securities and Exchange Commission* (SEC), a comissão de valores mobiliários dos Estados-Unidos, é a perto de 2 Mil Milhões de dólares que se eleva a fraude contabilística de Waste Management, a primeira companhia de colecta de resíduos domésticos nos Estados-Unidos, em cinco anos, de 1992 a 1997, igualmente com a cumplicidade do seu verificador contabilista, Arthur Andersen. No caso de Tyco, conglomerado industrial gigante fabricando extintores, produtos médicos descartáveis,

³² Veja-se Martin Vallières, “Poursuite contre la Maison-Blanche dans l'affaire Enron” (Processo em tribunal contra a Casa Branca no caso Enron), jornal *La Presse*, 23 fevereiro de 2002.

avisadores de incêndio e outros produtos electrónicos e de telecomunicações e empregando 255 000 pessoas, é a culpabilização do seu presidente Dennis Koslowski por evasão fiscal e as larguezas da companhia em relação aos seus dirigentes (apartamentos, obras de arte) quando a companhia afundava sob uma montanha de dívidas resultantes aqui outra vez de centenas de aquisições, que provocaram a derrocada do preço das acções da companhia. Afastado por esta inculpação, Koslowski ainda levou consigo uma indemnização de 100 Milhões de dólares.

Cenário semelhante com a WorldCom, a segunda sociedade em importância nos Estados-Unidos no sector das comunicações interurbanas e o primeiro prestatário mundial de serviços de internet. O PDG Bernard Ebbers, “agradecido” devido ao afundamento da companhia, viu-se agraciado com uma indemnização de saída de 1,5 Milhões de dólares por ano até ao fim dos seus dias, com uma garantia de 750 Milhões de dólares para a sua esposa no caso de ele morrer primeiro. Ele tinha antes recebido da companhia mais de 400 Milhões de dólares em empréstimos. As causas do afundamento da companhia? As grandes dificuldades que abanaram o conjunto do sector das telecomunicações, mas sobretudo a acumulação de uma dívida de 30 Mil Milhões de dólares e o recurso à maquilhagem dos problemas através de tralhões contabilísticas. São não menos de 3,8 Mil Milhões de dólares de despesas correntes que a direcção da WorldCom inscreveu ilegalmente nos seus livros como despesas de investimento, e sempre com a cumplicidade do mesmo verificador, Arthur Andersen. A *Securities and Exchange Commission* qualificou as manipulações contabilísticas da WorldCom como sendo duma “amplitude sem precedentes”. O tornar público deste novo escândalo provocou uma verdadeira onda de choque e a queda do valor de cada acção a alguns centavos. O substituto do presidente afastado, John Sidgmore, disse-se chocado por estas descobertas e comprometeu-se a gerir o grupo respeitando as normas éticas as mais elevadas. Ninguém duvidaria duma tal determinação nem de abnegação dum salvador de companhias de quem a SEC revelou que ele se tinha desfeito de 1,7 Milhões de acções da WorldCom valendo 91,2 Milhões de dólares de 1997 a 1999. Um mês depois, WorldCom pedia a protecção da lei sobre as falências. Com 107 Mil Milhões de dólares de activos, o dobro dos activos da Enron, WorldCom desalojava esta última no palmarés da mais importante bancarrota da história dos Estados-Unidos. Ela consolidava igualmente a posição cimeira quanto ao montante das irregularidades financeiras, donde o montante era agora elevado de 3,8 a 7,2 Mil Milhões de dólares.

Concluamos esta revisão provisória dos primeiros escândalos descobertos e reveladores duma chaga de toda evidência generalizada, com os casos do gigante mundial das fotocopiadoras Xerox, da companhia das telecomunicações Q-West e dos gigantes da indústria farmacêutica, Merck e Bristol-Myers Squibb que tiveram que admitir ter traficado os seus livros da contabilidade para engordar os rendimentos de milhares de Milhões de dólares sobre vários anos, com a cumplicidade, no caso de Xerox, do verificador contabilístico KPMG.

Quanto à Adelphia, sexto distribuidor por cabo dos Estados-Unidos, ela fazia falar dela própria como a primeira companhia desta série de escândalos donde os dirigentes, John Rigas e os seus dois filhos, Timothy e Michael, estavam presos por múltiplas fraudes cometidas e roubos perpetrados no exercício das suas funções e em detrimento da companhia e dos seus accionistas. Afogando-se numa dívida de 18 Mil Milhões de dólares, Adelphia estava então sob protecção da lei das falências. Como a Enron e muitas outras companhias, Adelphia tinha escondido uma dívida de 2 Mil Milhões de dólares transferindo-a para as filiais e engordando os seus resultados para corresponder às expectativas dos mercados financeiros. Mas sobretudo, a família Rigas tinha utilizado centenas de Milhões de dólares da caixa da companhia para fins pessoais para comprar acções, apartamentos de luxo, residências

secundárias, um terreno de golf e para reembolsar empréstimos pessoais. Outros dirigentes, donde aqueles da WorldCom, foram presos na sequência.

A revoltante escroqueria das opções de compra de acções

As indemnizações de saída desafiando toda a imaginação, acordadas aos dirigentes que levaram a sua companhia à ruína, como acabámos de ver, não são, todas as contas feitas que um pálido indício duma rocambolesca prática que levou a uma progressão exponencial da remuneração dos dirigentes. Lembremo-nos que a relação entre a remuneração média dos dirigentes e o salário médio dos operários nos Estados-Unidos passou de 20 em 1980 para 530 no final da década de 90. Ela beneficiou em particular de um regime de prémios ao rendimento que se desenvolveu durante um período de crescimento artificial das cotações em bolsa, mas que tem isto de particular os prémios aos dirigentes continuaram a ser pagos mesmo depois dos rendimentos passarem a negativos, veja-se desastrosos.

A remuneração dos dirigentes beneficiou largamente também de uma parte do seu vencimento ser na forma de opção de compra de acções que conheceu na altura, uma formidável expansão. Para as 2000 maiores companhias americanas, o seu montante destinado a este tipo de remunerações, elevava-se a 160 Mil Milhões de dólares em 2000 comparativamente a 50 mil Milhões de dólares 3 anos antes; elas representavam então mais de metade do total da remuneração dos dirigentes. Esta prática, em virtude da qual os dirigentes se vêm na possibilidade de comprar, no momento que quiserem, quantidades importantes de acções a um preço inferior ao de mercado para as venderem imediatamente a preço de mercado, e realizar assim fortes “mais-valias”, passou a ser uma fonte considerável de enriquecimento para os dirigentes de companhias. Esta prática lhes é igualmente benéfica sobre um segundo ponto de vista. Enquanto a parte que lhes é atribuída directamente em dinheiro faz parte das despesas da companhia, a parte das vantagens que lhes é concedida sob a forma de opções de compra de acções não é contabilizado como uma despesa³³; outra maneira de fazer aparecerem lucros mais elevados nas contas, de embelezar assim a situação da companhia, de influenciar em alta os preços das acções em bolsa e de tornar assim mais atraente o eventual exercício de opção de compra de acções. Eis pois uma das facetas daquilo a que agora leva o nome de “contabilidade criativa”. Compreende-se que esta maneira de remunerar os quadros não é estranha ao seu incitamento para embelezar os resultados das companhias pelos artifícios contabilísticos. Se esta parte da remuneração dos dirigentes fosse contabilizada como uma despesa, um grande número de companhias mostrariam perdas no lugar dos lucros de que se reclamam ilegalmente.

Mas como dificilmente podemos ter a manteiga e o dinheiro da manteiga seria bom que estas vantagens fossem financiadas de uma maneira ou de outra. Em relação às opções de compra de acções, quando os detentores desta opção decidem usá-la e comprar acções, é preciso que a companhia “entregue a mercadoria”, o que ela faz emitindo novas acções³⁴, que vêm por conseguinte diluir o capital-acções da companhia e reduzir as vantagens dos accionistas, como o montante do dividendo por

³³ Apenas um punhado de companhias que poderíamos contar pelos dedos de uma mão, contabilizavam as opções de compra de acções, nas despesas no momento em que rebentaram os escândalos no início de 2002.

³⁴ A expressão “opções de subscrição de acções” utilizado em particular pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) (Bank for International Settlements) (72º relatório anual, 2002, pág. 126-127), tem a vantagem de trazer à luz a operação pela qual os detentores destas opções alinham exercendo a subscrição de novas acções, uma subscrição de um tipo particular, bem entendido, na medida em que eles são os únicos beneficiários privilegiados. É preciso por outro lado condenar o uso demasiado difundido, em particular na França, da expressão inglesa *Stock Options*, em lugar da expressão “opções de compra de acções” e “opções de subscrição de acções”.

acção. Mas também, supondo por exemplo que o preço do mercado seja o dobro do preço na altura em que a opção de compra é exercido, a companhia não terá recolhido, pelo mesmo número de acções emitidas, que a metade do montante que ela teria recolhido emitindo essas acções no mercado. Pior, são numerosos os dirigentes que, depois da queda das cotações das bolsas, se encontraram com opções de compra, das quais o preço de exercício era agora superior ao preço do mercado, mas que obtiveram do Conselho de Administração da companhia uma revisão em baixa desse preço de exercício. Enfim, os ganhos realizados pelo exercício de opções de compra de acções são aparentáveis, do ponto de vista fiscal, não aos ganhos salariais mas sim aos ganhos em capital, que no Canadá não são sujeitos que a uma taxa combinada (federal-provincial) máxima de 25%, comparativamente à taxa combinada de 50% que se aplica aos rendimentos salariais. O salário disfarçado de que beneficiam em grande escala os dirigentes das companhias, oferece-lhes vantagens exclusivas subvencionadas pelo conjunto dos contribuintes.

Constata-se, apenas os dirigentes lucram, de maneira puramente abusiva, deste regime que se espalhou em detrimento da companhia, dos seus accionistas e dos contribuintes. Constata-se também exactamente pelo facto da falência deste modo de gestão que é a *corporate governance*, donde a justificação pelos seus defensores é de assegurar o controlo dos dirigentes pelos accionistas, e por intermédio destes, pelos mercados financeiros, mas que se revela pelo contrário o meio com que os dirigentes fazem predominantes os seus interesses e se enriquecer.

Os bravos cavaleiros de “O Eixo do bem”³⁵

Querendo reassegurar o mercado bolsista fortemente abalado por estas revelações, o presidente dos Estados-Unidos George Walker Bush, comprometia-se solenemente, ao nível do discurso, “a perseguir vigorosamente as pessoas transgressoras da lei”, mas mostrava uma atitude muito tímida quanto às medidas a tomar para dar corpo a essas “boas intenções”. Como se pode espantar alguém, quando se sabe que Bush, saído da comunidade dos negócios e animado do seu sólido apoio financeiro, que mergulhou ele próprio, quando era administrador da companhia texana Harken Energy, em negócios pouco claros que o fazem aparecer como o precursor do enronismo? Fazendo com efeito prova de um faro raro (as más línguas dirão que ele beneficiava de informações privilegiadas), ele tinha então vendido em 1990 por perto de 1 Milhão de dólares, acções da companhia, apenas algumas semanas antes que esta anuncie as suas perdas de 23 Milhões de dólares; seis meses mais tarde, o preço de cada acção perdia 75% do seu valor. Informada desta venda de acções com um atraso de 8 meses, a Securities and Exchange Commission chegava finalmente à conclusão de que não havia delito por abuso de informação privilegiada. Alguns meses mais tarde, a SEC tinha descoberto que a Harken Energy tinha traficado a sua contabilidade escondendo as suas perdas pela inscrição ilegal dum benefício sobre a venda duma filial a um grupo de gente próxima da companhia, graças a um empréstimo acordado pela hanken Energy aos compradores. A SEC tinha contudo estimado que Bush, que era administrador da companhia, podia não ter tido conhecimento desta transacção fraudulenta³⁶.

³⁵ Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 contra o World Trade Center de Nova York e contra o pentágono, o presidente Bush tinha designado o Irão, o Iraque e a Coreia-do-Norte como os países de “O Eixo do Mal”, para justificar uma eventual agressão militar dos Estados-Unidos, defensores do “Bem”, contra estes países suspeitos de trabalharem na produção de “armas de destruição maciça”.

³⁶ David Williams, “Questions persistants sur le passé d’entrepreneur de Bush”, destacável da agência France-Presse, reproduzida na *La presse*, 10 de Julho de 2002.

No mesmo momento, o Vice-presidente Richard Cheney encontrava-se ele também no banco dos réus, processado em justiça pelo grupo *Judicial Watch* por presumidas manipulações contabilísticas no seio da sociedade Halliburton onde ele era o Presidente Director-Geral de 1995 a 2000. Os administradores de Halliburton teriam, durante este período, empolado os números das contas da companhia, e assim teriam artificialmente provocado uma subida do valor das acções. Quanto ao presidente da SEC, Harvey Pitt, alto responsável para a integridade das operações bolsistas, ele foi nomeado para este posto em 2001 pelo presidente Bush. Conhecido como um “liberal-até-aos-pincarosista”, Pitt tinha previamente sido advogado de várias grandes companhias e dos principais gabinetes de verificação contabilística, donde o hoje célebre Arthur Andersen, falsificador das contas da Enron, de WorldCom e de muitos outros, que foi seu cliente durante 23 anos de pratica privada, de 1978 a 2001.

E o chefe da agência especial instalada em catástrofe por Bush no verão de 2002 para “assegurar a luta contra a corrupção”, o secretário adjunto da justiça, Larry Thompson? Ele foi de 1997 a 2001 administrador duma companhia de cartas de crédito, Providian Financial, que durante este período, engordou os seus resultados financeiros e cometeu escroqueries contra os seus clientes; para escapar aos processos movidos por estes últimos, a companhia aceitou dar-lhe 400 Milhões de dólares. Não há dúvida que um tal esquema sob a direcção destes bravos cavaleiros do “eixo do bem”, a vigilância prometida por Bush aos dirigentes de companhia culpados de crimes económicos prometia ser sem falha, e que o mundo dos negócios seria rapidamente remetido a “uma nova era de integridade”. De facto, apenas a pressão de uma população ultrajada e o medo de ver a derrocada continuar nos mercados bolsistas deviam levar o congresso a endurecer a legislação em relação aos agentes das fraudes e às autoridades a proceder à prisão destes, mas sem modificar o que quer que fosse aos problemas de fundo que são as regras contabilísticas e os regimes de opção de compra de acções.

Nortel, Cinar

No Canadá, o caso melhor conhecido de ruína com sabor a fraude é incontestavelmente aquele do fabricante de equipamentos de telecomunicações, Nortel Networks. Empresa vedeta da bolsa de Toronto com o seu peso sobre 35% no cálculo do índice TSE durante as suas horas de glória, nortel afundou-se no início de 2001, o preço de cada acção caía de 120 dólares a menos de 2 dólares em alguns meses, não sem que o seu presidente, John Roth, tenha realizado uma pequena fortuna liquidando o seu portefólio de acções da companhia, justamente antes da queda do seu valor em bolsa. Facto a sublinhar, os principais gestores recomendavam ainda a compra do título de Nortel alguns dias antes do início da derrocada, mesmo se as Perspectivas do declínio eram por demais evidentes. De seguida, Nortel era objecto de dezenas de processos dos accionistas na justiça, que a acusavam de ter falsificado a contabilidade para engordar artificialmente os seus rendimentos e embelezar fraudulentamente a situação da companhia, uma contabilidade que era verificada pelos contabilistas Deloitte e Touche.

No Quebecue o caso mais importante foi o de Cinar, bouquet da indústria cinematográfica canadiana reciclado depois em produtor de material pedagógico, e da condescendência da Comissão dos Valores Mobiliários do Quebecue (CVMQ) em relação a múltiplas fraudes dos seus administradores, reveladas nos finais de 1999 princípios de 2000. Culpada de usurpação de direitos de autor, de utilização ilegal generalizada de “testas-de-ferro”, de fraude fiscal, de desvio de fundos dum montante de 29 Milhões de

dólares, de investimentos não autorizados de 122 Milhões de dólares dos Estados-Unidos aos Bahamas³⁷, tudo tendo provocado a queda do título da companhia e importantes perdas para os accionistas, o casal fundador da companhia, Micheline Charest e Ronald Weinberg, obtinha no quadro duma histórica “solução à amigável” com a CVMQ em 2002 o singular privilégio de comprar de certa maneira a sua impunidade pelo pagamento duma multa de dois Milhões de dólares³⁸.

Em troca desta soma, de certa maneira insignificante se comparada com os montantes sobre os quais recaem as fraudes, a CVMQ punha um termo ao seu inquérito sobre estas fraudes e renunciava a qualquer outra sanção. Enquanto um simples roubo numa prateleira dum supermercado, dum artigo sem valor é passível duma pena de prisão, os administradores riquíssimos que construíram a sua fortuna através de métodos muito duvidosos, puderam eles, declarar-se culpados de múltiplos actos ilegais e, graças a uma decisão injustificável da parte da CVMQ, comprar a sua liberdade com o dinheiro dos outros. Melhor ainda, sendo oficialmente afastados dos conselhos de administração de Cinar por cinco anos pela “solução amigável” com a CVMQ, o casal Charest-Weinberg, pode em toda a legalidade e delegar os seus poderes maioritários (64% dos direitos de voto, mesmo se eles não detinham que 12% das acções) a um fiduciário de sua escolha, Robert Després, que executou o “golpe de força”³⁹ para o qual ele estava mandatado afastando os administradores propostos pelo conselho de administração e designando outros de sua escolha.

³⁷ Estas traluhices contabilísticas teriam, assim parece, escapado à vigilância dos verificadores Ernest & Young.

³⁸ A companhia Cinar, pela sua parte, concluía em 2002 uma “solução à amigável” de 25 Milhões de dólares para se libertar de processos e recursos colectivos intentados contra ela nos estados-Unidos e no Canadá.

³⁹ Este “golpe de força” em paralelo com “golpe de Estado”, não foi o primeiro para o qual Robert Després foi solicitado. Antigo alto funcionário da “Régie d’Assurance Maladie du Québec” (Departamento de gestão do serviço público de saúde do Quebec, provavelmente um dos mais evoluídos no mundo) ele tinha sido designado em 1973 pelo primeiro – ministro do Quebec Robert Bourassa à presidência da Universidade do Quebec para aí “meter as coisas na ordem”. O seu projecto de substituição completa das estruturas democráticas da UQ por estruturas centralizadoras e autoritárias, conhecida como “a reforma Després”, Suscitou no seio de todas as vertentes da UQ uma poderosa oposição unitária dos professores, dos estudantes, dos funcionários de suporte e dos responsáveis de cursos, que culminou numa greve de quatro meses, vitoriosa, dos professores da estrutura de Montreal. Tirando as conclusões da sua derrota, aquele que tinha sido designado “o coronel” demitia-se pouco depois da presidência da UQ. Veja-se Louis Gill “Quatre mois de grève à l’UQAM. Le coup de force n’a pas passé”, em *Trente ans d’écrits syndicaux. Contributions à l’histoire du SPUQ*, pág. 64-183, obra publicada pelo sindicato das professoras e dos professores da UQAM (Universidade do Quebec em Montreal), Montreal, 2002.

5 – As crises em sucessão ou o beco sem saída do programa neoliberal

Uma autonomia muito relativa da esfera financeira

A autonomia da esfera financeira em relação à esfera real não é que relativa e a riqueza aparente que aí se criou não é que fictícia. Cedo ou tarde, a evolução financeira que parecia alimentar-se dela própria deve sofrer o choque dos dados reais da economia. E assim que depois de menos de uma década de políticas neoliberais, de liberalização e de desregulamentação que deviam ser garantia duma economia sã e dum crescimento sustentado, estoirava a crise bolsista de 19 de outubro de 1987, a pior derrocada da história da bolsa de Nova York⁴⁰; 500 Mil Milhões de dólares esfumavam-se no espaço de algumas horas. Dois anos mais tarde, em outubro de 1989, a bolsa de Nova York conhecia uma mini-recaída, que iria fazer ressentir-se em todas as bolsas do mundo, com a exceção da de Tóquio. Mas a solidez aparente desta última não era que uma barreira de fumo. Durante os anos oitenta, a economia japonesa era o ponto de mira do universo. A bolsa de Tóquio tinha passado a ser a primeira do mundo, ultrapassando as de Nova York e de Londres⁴¹. O Japão tinha acedido ao lugar de primeira potência financeira do mundo (16 dos 25 maiores bancos eram bancos japoneses) e o primeiro credor internacional. O modelo era admirado e designado como o modelo a imitar. Ninguém preveria que o Japão iria suplantiar os Estados-Unidos como primeira potência económica mundial e chefe de fila do imperialismo. Portanto por detrás dos traços de boa performance, dissimulavam-se sinais profundos (especulação imobiliária, sobreavaliação das acções em bolsa, riscos excessivos aos quais o sector bancário se tinha exposto por um endividamento massivo que deu lugar a uma montanha de crenças duvidosas). Estes revelaram-se com uma queda de 38% do índice bolsista Nikkei em 1990, seguido das quedas de 6% em 1991 e de 40 % em 1992. No início dos anos 2000, depois de onze planos de relançamento infrutíferos durante a década precedente, o Japão não tinha ainda saído da sua longa fase de estagnação e o país tinha ainda pela frente uma grave crise política em razão da divulgação de grandes redes de corrupção atingindo o topo do governo. Estimava-se que os empréstimos duvidosos consentidos pelo sistema bancário no seu conjunto atingiam os 170 Biliões de yen em 2001, ou seja 32% do produto interno bruto⁴². Em 2002 o Japão conhecia a sua terceira recessão numa década, a taxa de desemprego ultrapassava pela primeira vez os 5% e o principal índice bolsista, o Nikkei 225, estava ainda a 70%, do seu ponto mais alto, em 1989.

Depois do “milagre” japonês, são os outros “tigres” e “dragões” asiáticos, estes “mercados emergentes” que são a Coreia-do-Sul, Singapura, a Indonésia, a Malásia, a Tailândia, a Birmânia e as Filipinas que se afundaram, provocando uma profunda crise em 1997 e 1998, donde a onda de choque atingiu o mundo inteiro e sacudiu particularmente a América Latina, principalmente o Brasil e a Europa de leste, principalmente a Rússia. Empurrados para esta falência pelas políticas neoliberais de desregulamentação favorecendo os riscos bancários excessivos, a especulação e a corrupção, os “tigres” e os “dragões” asiáticos encontraram-se igualmente amputados, daquilo que é do relance, pelas mesmas políticas neoliberais, que em nome da liberalização das trocas, foram empurrados a

⁴⁰ O Índice Dow Jones da bolsa de Nova York caía 22,6% num único dia. Para avaliar a amplitude desta queda, pode comparar-se com aquela de 28 de outubro de 1929 que foi de 13%. Mencionemos também que entre esta data fatídica do rebentar da grande crise de 1929 e o mês de junho de 1932, o Dow Jones tinha perdido 89% do seu valor.

⁴¹ De 5000 no início de 1970, o índice Nikkei da bolsa de Tóquio atingia 12000 em 1986 antes de ser propulsado a 39000 no final de 1989 por uma formidável bolha especulativa.

⁴² OCDE, *Perspectivas económicas* Nº 70, dezembro de 2001, pág. 32.

desenvolver economias cada vez mais baseadas nas exportações. Em situação de recessão dos parceiros comerciais e de queda das suas importações, a consequência desta estratégia de desenvolvimento é a paralisia e estagnação para as economias que não conseguem exportar mais e que não podem também contar com um relançar da economia a partir da procura interna em razão dos baixos salários e da pobreza. Estes baixos salários e esta pobreza eram eles próprios as condições da forte rentabilidade do capital do período anterior, mas também o fermento das explosões sociais como aquela que rebentou na Indonésia em 1998 em razão do ditador Suharto.

Pode medir-se a miopia e a falta de perspicácia do coro neoliberal quando se sabe que apenas um ano antes do rebentar da crise, o sudeste asiático era caracterizado pelos jornais financeiros e os organismos internacionais neoliberais como a região mais dinâmica do planeta, como um eldorado com as fronteiras escancaradas para atrair os capitais estrangeiros. A Malásia era apresentada como uma locomotiva que devia bem cedo fazer parte das 15 maiores potências económicas mundiais. Mesmo nas vésperas do rebentar da crise na primavera de 1997, o banco Mundial punha a Indonésia no primeiro lugar dos países conhecendo um desenvolvimento de sucesso.

Forçosamente deve constatar-se que estes milagres assentavam: 1) sobre um optimismo excessivo que conduziu às superconcentrações de capital e à criação de capacidades extra de produção [OCDE, *Perspectivas económicas*, junho de 1998, pág. 10], 2) sobre a propensão das companhias para se endividarem fortemente para criarem capacidades extra e abusar do “efeito de alavanca”; 3) Sobre a fuga para a frente dos bancos e das outras instituições financeiras que, malgrado os pesados portefólios sobrecarregados de crenças duvidosas, continuaram ainda assim a responder à procura de empréstimos arriscados; 4) Sobre a ausência dum dispositivo adequado de regulamentação e de vigilância; 5) Sobre a corrupção em grande escala e a multiplicação de negócios fraudulentos; tantas as características donde a implementação e a extensão são o produto imediato das políticas neoliberais⁴³.

O financiamento público das perdas privadas

Pode igualmente medir-se a extensão do beco sem saída do programa neoliberal, quando se examina as proposições sobre as quais os protagonistas se vergam para aí levar os remédios à crise profunda provocada pelas suas políticas. No centro destas proposições, medidas de obrigadas ao retorno à regulamentação e à implementação do princípio bem conhecido da socialização das perdas, contrapartida do não menos bem conhecido princípio da apropriação privada dos lucros. A população vê-se desde logo amarrada, através dos impostos que paga ao Estado, de financiar as perdas donde as responsabilidades não incumbem que aos investidores privados, dos quais a fortuna privada resta intocável. É assim que se reencheu com dinheiro dos contribuintes as caixas de poupança e as caixas de crédito em falência nos Estados-Unidos nos anos 80, foi assim que se procedeu à nacionalização efectiva dos bancos escandinavos em 1992, que se instituiu em 1998 um plano de salvamento dos bancos japoneses implicando a nacionalização dos grandes bancos⁴⁴ onde o custo para a população se elevava a 11% do PIB, ao qual o governo japonês juntava em 2002 uma injeção anual de 2 Biliões de Yen de

⁴³ Na Coreia-do-Sul, 12ª potência industrial mundial, onde o afundamento do conglomerado Hambo Steel sob 6 Mil Milhões de dólares de dívida inaugurou uma série de grandes falências de companhias neste país no início de 1997 e constituiu o detonador da crise asiática de 1997-1998, a relação entre as dívidas e o capital próprio era, no final de 1997, de 500% para os 30 principais conglomerados (chamados *chaebols*) e de 400% em média para o conjunto do sector da manufaturaria [OCDE, *Perspectivas económicas*, dezembro de 1998, pág. 23].

⁴⁴ <<A questão [é] ... de reconhecer que a situação do sector bancário é tal que toda a perda que não pode ser absorvida pelos accionistas deve ser “colectivizada”>>[OCDE, *Perspectivas económicas*, dezembro de 1998, pág. 23]

fundos públicos destinados à recompra de acções dos bancos ameaçados de falência face a uma massa de créditos duvidosos que se elevavam a 170 Biliões de Yen⁴⁵, que a OCDE se propunha refinar os bancos asiáticos apanhados pela crise de 1997-1998, etc. No caso da Indonésia por exemplo, onde a maior parte das instituições financeiras tinham passado a insolventes no fim de 1998, a OCDE falava de “*necessárias despesas públicas massivas*” para remediar o mal⁴⁶. No início de 1999, a Indonésia anunciava medidas de reposição de dinheiro dos bancos devendo significar para os contribuintes um fardo equivalente à metade do PIB do país. Em suma, o neoliberalismo é o campeão do “menos Estado”, até que a falência do seu regulador supremo que é o mercado o força a fazer o seu salvamento financeiro por esse mesmo Estado.

Num livro intitulado “Le bateau ivre de la finance” (O barco bêbado da finança), publicado no *Monde diplomatique* de novembro de 1998, o jornalista Bernard Cassen enuncia um conjunto de declarações de dirigentes políticos, de teóricos e de dirigentes de companhias, ideólogos e porta-palavras da ordem neoliberal, testemunhando a desordem e o pânico em que entraram durante a crise financeira que, parte da Ásia do sudeste, tinha ganhado no outono de 1998, ao planeta inteiro. Os mercados, a quem os chefes de Estado e de governo e os dirigentes dos organismos internacionais, segundo os dogmas neoliberais, se entregam inteiramente para a gestão da economia mundial, estavam então fora de controlo. As suas virtudes autorreguladoras encontraram-se desmentidas pelos factos e não havia outra coisa a fazer que reconhecer a sua impotência. Cassen cita por isso os propósitos seguintes do economista Paul Krugman, então do Massachusetts Institute of Technology e hoje da Universidade de Princeton, reconhecido como um dos mais proeminentes especialistas das relações económicas internacionais e galardoado com o Nobel da economia em 2008:

Suponhamos que compravam um exemplar do mais vendido dos manuais de economia internacional. Que vos diria ele acerca da maneira de actuar face a uma tal perda de confiança dos investidores internacionais? Bem, não diria grande coisa. Tenha confiança em mim: eu sou o co-autor deste manual.

Não menos edificantes são os propósitos do jornalista Philippe Manière da revista *Le Point*, igualmente citados por Bernard Cassen:

Se o contágio se estende duravelmente ao resto do mundo, então poder-se-ia falar de crise sistémica – de crise do sistema. E não poderíamos fazer mais do que rezar.

Portanto, malgrado tudo, a fé dos neoliberais nas virtudes do mercado resta inabalável.

O rebentar da bolha da nova economia

O formidável crescimento bolsista interrupto de 1995 a 2000, sem relação com o crescimento real muito mais fraco da economia, tinha alimentado as ilusões quanto a um poder mágico dos mercados financeiros de criar riqueza por si próprios. Estas ilusões foram uma vez mais brutalmente contrariadas quando aquilo que não era mais do que uma “bolha financeira” rebentou finalmente em março de 2000 provocando uma queda sustentada dos valores em bolsa que iria destruir inteiramente em dois anos Biliões de dólares de activos financeiros, privando do seu emprego dezenas de milhar de assalariados, arruinando milhões de pequenos investidores e metendo em perigo as reformas com base nos

⁴⁵ [OCDE, *Perspectivas económicas*, dezembro de 2001, pág. 32]

⁴⁶ [OCDE, *Perspectivas económicas*, dezembro de 1998, págs. 145-146]

investimentos que se volatilizaram. Depois de ter acabado em 11700 pontos em janeiro de 2000, o índice Dow Jones caía a 7800 em julho de 2002, perdendo 33% do seu valor. Durante o mesmo período, o índice Standard and Poor's 500 perdia 455 do seu valor e o índice NASDAQ⁴⁷ dos valores tecnológicos, 75% do seu valor. O Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) fazia este processo de análise no seu relatório anual de 2001.

Durante o período de cinco anos até março de 2000, o índice Standard and Poor's triplicou. A bolsa de Estocolmo obteve os resultados mais espetaculares, com os valores da bolsa multiplicados por cinco, ultrapassando Paris, Amesterdão, Frankfurt e Toronto, onde os ganhos passaram de 150 a 200%. [...] Ao seu nível mais elevado, em março de 2000, a valorização das acções americanas atingia 33 vezes o ratio valor/dividendos dos doze últimos meses, o que constitui um múltiplo sem precedentes. [...]

*Durante a longa fase de subida dos valores em bolsa, os analistas tinham justificado estas valorizações elevadas pelas previsões de aceleração do crescimento dos benefícios. Certos observadores tinham igualmente afirmado que o sector tecnológico estava relativamente ao abrigo dum afrouxamento económico ou de um aumento das taxas de juros. Ora estas previsões revelaram-se infundadas. Com efeito, o crescimento dos benefícios nunca acompanhou o aumento dos valores em bolsa de maneira que o ratio valores/dividendos continuaram a crescer. No sector americano da tecnologia, em cinco anos, os valores progrediram cerca de 5 vezes mais rápido que os benefícios. Esta diferença foi ainda mais elevada nos países europeus. No Reino Unido, estes valores continuaram a sua ascensão enquanto os benefícios regrediam.*⁴⁸

Perseguindo a sua ascensão, o ratio valores/dividendos médio das companhias tidas em conta pelo índice Standard and Poor's 500 atingia 49 no final de 2001, ou seja mais do triplo da média de 14,5 observada sobre um período de 25 anos, de 1970 a 1995. Fim de março de 2002, ele estabilizava a 62⁴⁹. Estes números sendo médias, eles são largamente ultrapassados por certas companhias. Mencionaremos, para este efeito, apenas o exemplo de Nortel Networks no Canadá onde o ratio valores/dividendos se elevava a 100 na véspera da sua descida aos infernos. Nos estados-Unidos, a capitalização bolsista do conjunto das praças financeiras atingia perto de 200% do Produto Interno Bruto durante o período de explosão dos valores, de 1995 a 2000, enquanto q sua média de 1950 a 1995 tinha sido de 52% com um pico de 73%. Comparado à desregulamentação, viu espalhar-se durante este período, no conjunto dos sectores mas particularmente nos das tecnologias de informação e das comunicações, uma vaga de criação de megaconglomerados resultantes de fusões-absorções e de aquisições, muitas vezes a preços nitidamente superiores ao valor dos activos adquiridos e em contrapartida de um endividamento massivo. No sector da informação e das comunicações, este movimento que foi impulsionado pela “revolução digital” pelo advento da Internet e do multimédia,

⁴⁷ O índice NASDAQ é o índice de *National Association of Securities Dealers Automated Quotations*, quer dizer, o índice das cotações informatizadas da Associação Nacional dos agentes de valores mobiliários(USA).

⁴⁸ Banco de Pagamentos Internacionais, *71º relatório anual*, capítulo 6, intitulado “Mercados de Capitais”, Basileia, 2001, págs. 109-110.

⁴⁹ Banco dos Pagamentos Internacionais, *72º relatório anual*, capítulo 6, intitulado “Mercados de capitais”, Basileia, 2002, pág. 113.

num processo de “convergência” dos meios de comunicação que deu o seu nome à estratégia de negócios correspondente, processo assim descrito pelo jornalista Ignacio Ramonet:

Nós tínhamos, para comunicar, três sistemas de sinais: a escrita, o som e a imagem. Cada um destes sistemas foi inductor de um sistema técnico. A escrita deu a edição, a impressão, o livro, o jornal, a linografia, a tipografia, a máquina de escrever, etc. Assim como o som deu a linguagem, o rádio, o gravador, o telefone ou o disco. A imagem produziu a pintura, a gravura, a banda desenhada, a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo, etc. [...]

A revolução digital faz convergir os três sistemas de sinais e convergir num sistema único equivalente. Escrita, som e imagem exprimem-se agora em octetos. Os octetos veiculam indiferenciadamente o texto, o som ou a imagem. [...] As firmas electrónicas fusionam agora com as companhias de telefone, do cabo ou da edição para constituir megagrupos mediáticos integrados. [...]

De uma ponta a outra do planeta, os senhores desta guerra das redes são os mesmos, dos conglomerados gigantes tornados os novos donos do mundo: América On Line (que comprou Netscape, Intel e o grupo Time-Warner-CNN), Vivendi Universal (ex-Général das águas, que comprou Havas, Canal+, USA networks e o grupo Seagram, proprietário de Universal), Viacom, a News corporation de Rupert Murdoch, At&T (que domina a telefonia a nível planetário), IBM, Microsoft, General Electric (que tomou o controlo da rede de televisão NBC) [...] Nesta grande mutação do capitalismo, a lógica dominante é a do matador. Não é a aliança que conta mas sim o tomar o controlo e a fusão-absorção. São tomados em conta por estas guerras as firmas que produzem conteúdos – edição, agências de imprensa, jornais, cinema, musica, rádios, televisões, sítios web, etc. – e as companhias de telecomunicações e de informática que as elaboram, as transportam, as tratam, as encriptam e desencriptam. [...]

O objectivo desenhado por cada um dos senhores das redes é de tornar-se interlocutor único do cidadão. Ele quer poder fornecer-lhe as informações, o lazer, as distrações, o desporto, a cultura, os serviços profissionais, os dados financeiros, etc. E deixá-lo em estado de interconectividade por todos os meios possíveis: telefone (fixo ou móvel), fax, cabo, televisão, computador, correio electrónico, Internet, etc.

Este objectivo não é realizável que à condição que as comunicações possam circular sem entraves através do planeta. É por isso que os Estados-Unidos (inventores da Internet, primeiros produtores de novas tecnologias e sede das principais companhias) puseram todo o seu peso na batalha dea desregulamentação. Abrir as fronteiras do maior número de países ao “livre fluxo de informação” significa entregar esses Estados aos predadores americanos.

Por seu lado, a união Europeia decidiu a liberalização dos mercados do telefone depois de 1 de fevereiro de 1998. Na previsão de concorrências ferozes no interior de cada mercado nacional, os monopólios foram desmantelados e os operadores privatizados. British Telecom assim como a telefónica na Espanha saíram do sector

*público. France Telecom pôs no mercado uma parte do seu capital, assim como o seu homólogo alemão Deutsche Telekom*⁵⁰

No quadro das políticas neoliberais de desregulamentação e de liberalização dos mercados e de privatização dos serviços públicos, a revolução digital e a convergência dos meios de comunicação que ela engendrou deram lugar a uma estratégia de fusão de companhias produzindo conteúdos (jornais, filmes, música, emissões de televisão,...) e de companhias de comunicação assegurando a comercialização dos seus conteúdos por diversos meios, ao qual se deu o nome de “estratégia de convergência”. Esta estratégia pivot da “nova economia”, considerada pelos seus protagonistas como *a fina flor* da estratégia dos negócios, levou em menos de dois anos a uma monumental derrocada. Constituída em janeiro de 2000 pela fusão de dois gigantes (106 Mil Milhões de dólares de capitalização bolsista), AOL (América OnLine) – Time Warner, declarava para o primeiro trimestre de 2002 uma perda histórica de 54 Mil Milhões de dólares e via a sua capitalização bolsista amputada de 70%. As revelações subsequentes faziam estado de manipulações contabilísticas que teriam permitido esconder perdas dos anos anteriores.

Outra figura de proa, Vivendi Universal no mesmo momento o seu título afundar-se mais de 85% em relação ao seu nível de partida quando da sua constituição em 2000. O seu Presidente Director-Geral, Jean-Marie Messier, era despedido e a agência de notação Moody's remetia a dívida de Vivendi, mais de 35 Mil Milhões de dólares, ao nível das obrigações de pacotilha. Mesmo cenário para as companhias por outro lado implicadas nos escândalos como a WorldCom e Qwest nos Estados- Unidos, mas também para Bell Canada Enterprises (BCE) onde o PDG, Jean Monty, era forçado a demitir-se na sequência do falhanço da sua política de aquisições, de entre as quais a de Teleglobo que fizera falência pouco depois. O mesmo cenário igualmente no Quebec, para Québecor, Pierre-Karl Péladeau reconhecia ter pago 1,5 a 2 Mil Milhões de dólares acima do valor; sabe-se que a *Caisse de Dépôt et Placement*, o “pé-de-meia” dos quebequenses, incorreu numa perda de Mil Milhões de dólares nessa transação em parceria com Québecor, ou seja a metade do seu investimento.

Massas de capital fictício que se desmoronaram como castelos de cartas

Para todos estes falhanços, as mesmas causas: aquisições em todas as direcções com o fim de eliminação da concorrência, realizadas a preços ultrapassando e muito o valor real dos activos adquiridos e origem dum endividamento proibitivo, na expectativa optimista de dividendos que nunca apareceram. As consequências, já conhecidas: a falência pura e simples da companhia, o seu desmantelamento ou o seu salvamento *in extremis* pela venda de activos e das medidas ditas de racionalização, tais como licenciamentos em massa; em todos os casos, destruição de activos, volatilização de Milhares de Milhões de dólares que revelam brutalmente o seu carácter de capital puramente fictício donde o valor elevado não era mais do que artificial, puxado a picos por práticas fraudulentas da “contabilidade criativa”. Estima-se que pelo menos metade das companhias que declararam lucros graças a estas práticas, teriam incorrido em perdas se não se tivessem entregado a estas fraudes. O extraordinário crescimento da bolsa da segunda metade dos anos 90 não teria tido lugar sem estas fraudes, e a bolha, se ela se tivesse malgrado desenvolvido, teria sido muito menos forte e teria rebentado muito antes. Isto ilustra o facto de que entregue a si próprio, o liberalismo está aprofundado a profundas dificuldades e

⁵⁰ Ignacio Ramonet, “Les seigneurs des réseaux”, *Le Monde diplomatique*, maio de 2002, pág. 25. O termo inglês bit utilizado pelo autor foi aqui substituído por octeto. Ver também neste número o artigo de Dan Schiller intitulado “Informer, communiquer, vendre, tout contrôler” (Informar, comunicar, vender, tudo controlar)

que é constantemente à procura de meios, actualmente aqueles do neoliberalismo para tentar recompor-se. A criação artificial de massas de capital fictício, que se desmorona como um castelo de cartas, revela-se um meio indispensável para o capital financeiro continuar o seu enriquecimento exercendo bicadas nos outros rendimentos nomeadamente os rendimentos do trabalho.

A fraude e escroqueria revelados por esta crise não deviam espantar ninguém. Elas são pelo contrário uma constante que marcou toda a história do capitalismo, como descreve o economista Charles Kindleberger do Massachusetts Institute of Technology (MIT) numa obra publicada em 1978, intitulada *Manias, Panics and Crashes* (Manias, Pânicos e Crises, [existe uma versão digital brasileira](#)), que se tornou um clássico da literatura económica:

As crises financeiras e comerciais estão intimamente ligadas às transações que puxam até aos seus limites – ainda que baixos sejam eles – a lei e a moral. A propensão a escroquerar e a ser escroquerado evolui a par com a propensão a especular. Um crash, um pânico, o salve-se-quem-puder generalizado que os acompanha, são outras tantas das incitações a aldrabar, com o único fim de se salvar a si próprio.

È a mesma coisa para o boom que precedeu a crise e que a pariu, durante a qual:

As fortunas foram-se, as pessoas ficaram ávidas de ganhos e os escroques entram em cena para lucrar dessa avidez.

A fraude financeira, omnipresente, é de multiformidade:

Accionistas vítimas dos seus directores, investidores embaciados pelos seus conselheiros financeiros, agentes, banqueiros, subscritores, empregados escrocando a sua companhia, safados de letras de crédito utilizando endossamentos fictícios.⁵¹

Como todas as crises que lhe precederam, o estoirar da “nova economia” no início do milénio reservou tristes amanheceres a milhões de pessoas que se são deixadas levar por falsas promessas duma levada bolsista pretensamente à prova de qualquer intempérie. Quantos pequenos aforradores aí perderam o essencial do que possuíam. Quantos sofrerão os contragolpes pela degradação das vantagens dos seus regimes de reforma capitalizados, donde os fundos investidos nas companhias descarriladas terão perdido, em todo ou em parte, o seu valor.

À luz destes desenvolvimentos, constata-se em particular a precaridade dos regimes de reforma baseados sobre os rendimentos dos mercados financeiros e a necessidade de um debate social sobre esta questão, debate que em França conhece o seu pleno com as ameaças que pesam sobre o regime público universal, por repartição⁵², ainda em vigor, mas que o ambiente dos negócios se esforça para o desfazer em pedaços para o substituir por um regime de reforma capitalizado. Um debate se impõe tanto quanto a política de investimento da *Caisse de Dépôt et Placements du Québec* (Caixa de depósitos e investimentos do Quebec) cujo papel é crucial na preservação dos rendimentos de reforma de milhões de quebequenses e donde a parte excessiva dos fundos investidos em acções de

⁵¹ Páginas 107, 109 e 111 da tradução francesa do livro intitulado, *Histoire mondiale de la spéculation financière, de 1700 à nos jours*. (Não conheço tradução em português)

⁵² Num regime por repartição, as prestações de um ano são pagas aos reformados directamente a partir das cotizações pagas pelos activos do mesmo ano, sem intermediário dum fundo de investimento.

companhias privadas em vez de investidos seguros de rendimento fixo como as obrigações foi a fonte de pesadas perdas depois deste afundamento bolsista.

6 – Adaptar-se ao inevitável?

Uma oposição a construir

Numerosos são aqueles que estimam que a ordem económica neoliberal em vigor desde o início dos anos 80 é inevitável e que não há outra solução que de tentar reduzir os seus efeitos. Esta conclusão derrotista é a rejeitar. As políticas do patronato concertado à escala mundial e dos governos ao seu serviço não podem ser deixadas sem réplica. Elas devem ser contrariadas por uma concertação a construir ao de lá de fronteiras, mesmo se o caminho a percorrer para aí chegar é enorme. Nesta via é preciso aproveitar todas as ocasiões susceptíveis de fazer avançar as coisas. Antes de tudo o mais é preciso tomar consciência de que este trabalho é incontornável e de que o sucesso é possível. Lembremo-nos em particular da vitória ainda que provisória, obtida no final de 1998 por uma coligação mundial de oposição à AMI. Um movimento análogo foi lançado pela Associação para uma Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC), para imposição a nível internacional de uma taxa sobre as transações financeiras⁵³, da qual o duplo objectivo é de fazer obstáculo ao frenesim das transacções de tipo especulativo sobre os mercados financeiros, os mercados de troca em particular, e de canalizar os fundos assim obtidos para os países subdesenvolvidos para ajudar a estimular o seu desenvolvimento. O importante movimento internacional contra a mundialização, que se manifestou pela ocasião dos numerosos encontros nas cimeiras das organizações como o G8 da OCDE, a OMC, o FMI, etc., ou os Fóruns sociais mundiais como aqueles de Porto Alegre no Brasil, pode a este respeito constituir um forte catalisador⁵⁴.

Sobre que eixo?

A questão é saber, sobre que eixo esta mobilização deve ser construída. Trata-se aqui de um simples combate ao neoliberalismo visto como um infeliz desvio do liberalismo a preservar? O termo “ultraliberalismo” que é por vezes preferido ao termo “neoliberalismo” sugere precisamente a ideia de um liberalismo que seria simplesmente excessivo e que seria suficiente purga-lo dos seus excessos para o tornar aceitável. Os valores liberais de base que faltaria desde então preservar são aqueles da propriedade privada dos meios de produção, da concorrência e do lucro, da perseguição do interesse individual como meio pretendido para atingir o bem comum. Ora estes valores demonstraram suficientemente, até agora, a sua aptidão de realizar não o bem comum, mas antes, o bem de alguns, aquele da minoria dos poderosos, em detrimento do bem dos outros, aquele da maioria dos despojados. Trata-se aqui então, de se limitar a protestar contra os malefícios do capitalismo na sua variante neoliberal e a lutar para atenuar os efeitos sem pôr em causa a sua existência, ou seja levantar as verdadeiras raízes do problema que são a propriedade privada dos meios de produção e o motor da actividade económica que é a procura do lucro, com a vontade de resolver o problema na sua origem?

O simples facto de pôr esta questão, que é embebida numa actualidade tanto mais incandescente que o capitalismo puxa, cada vez mais a cada dia, a humanidade para o abismo, mostra infalivelmente o ridículo desses, muitos, para quem a questão do socialismo pertence definitivamente ao passado. Depois

⁵³ Taxa conhecida como a “taxa Tobin”, do nome do seu instigador, o economista James Tobin, “prémio de Ciências Económicas em memória de Alfred Nobel” em 1981.

⁵⁴ O segundo Fórum Social Mundial de Porto Alegre no início de 2002 reuniu mais de 15 000 delegados de 131 países, representando 5 000 organizações; 80 000 pessoas participaram nestas actividades.

de tudo, os regimes directamente ou indirectamente da revolução socialista de outubro de 1917 na Rússia não serão eles todos, salvo excepção, afundados depois da queda do muro de Berlim em 1989, e isso não demonstrará que apenas o capitalismo será um regime viável? Melhor ainda, o retorno da direita ao poder na maior parte dos países europeus no início do milénio pondo termo a um período de domínio de partidos identificados à esquerda em 11 dos 15 países da União Europeia dos anos 90, e a subida da extrema direita, por vezes revelada por resultados eleitorais significativos, em Itália, em França, na Áustria, na Alemanha, na Bélgica, na Holanda, na Dinamarca, na Grã-Bretanha e na Hungria, não seriam eles a confirmação dum reganhar de fervor por parte da população em relação aos valores capitalistas e dum desinteresse admitido pelos valores socialistas?

Se os partidos reclamando-se de esquerda que exerceram o poder na Europa nos anos 90 tivessem verdadeiramente operado uma política de esquerda e tivessem sido expurgados do poder por um eleitorado descontente com os resultados dessa política, a questão mereceria ser posta. Mas não foi nada disso que se passou. Os partidos ditos de esquerda, pelo contrário, rivalizaram com os partidos de direita na aplicação das políticas neoliberais e por vezes foram mesmo mais longe que os de direita nesta via. O candidato “socialista” derrotado nas eleições presidenciais em França em 2002, Lionel Jospin, teve que desmarcar-se da etiqueta de socialista que lhe vinha do seu partido, e apresentar-se como um candidato “moderno”, em vez de socialista. Três quartos dos franceses admitiram, na véspera das eleições, não poder diferenciar o programa da direita do da “esquerda”. O presidente do MEDEF (Mouvement des Entreprises de France, ou Conseil du Patronat Français) (Movimento das Empresas de França ou Conselho do Patronato Francês), Ernest-Antoine Seilière, recusava por seu lado pronunciar-se em favor de um ou de outro dos candidatos, julgando-os um e outro aptos a promover as políticas do interesse do MEDEF.

Que, nestas circunstâncias, uma muito forte taxa de abstenção numa população desiludida tenha feito aparecer um resultado elevado pela extrema-direita não seria de surpreender, não mais que o facto que uma parte significativa da população trabalhadora, vendo os seus interesses postos de lado por um partido de esquerda defendendo um programa de direita, possa ter sido influenciado pelo carácter populista do programa da Frente Nacional. Viu-se, ainda que numa escala diferente, um fenómeno análogo produzir-se no Quebeque com a subida da popularidade do partido populista de direita que é a ADQ (Acção democrática do Quebeque) face ao beco sem saída péquista-liberal (pequista de PQ (Parti Québécois)), na ausência de um partido das trabalhadoras e dos trabalhadores. A emergência de um tal partido é uma emergência histórica no Quebeque. Da mesma maneira com a recomposição dum movimento político defensor dos interesses dos trabalhadores e das classes oprimidas nos outros países, em particular nos países da Europa.

A utopia irrealizável dum capitalismo “civilizado”

A oposição ao neoliberalismo reuniu uma larga adesão, mas nem todos deram o mesmo sentido a essa rejeição. A oposição à mundialização neoliberal, por exemplo, não é necessariamente, aos olhos de todos, sinónimo de oposição à mundialização capitalista. Assim, Joseph Stiglitz⁵⁵, antigo vice-presidente e economista chefe do Banco Mundial e “prémio das ciências económicas em honra de Alfred Nobel” em 2001, que encetou uma verdadeira cruzada contra a mundialização neoliberal e as políticas do FMI, do Banco Mundial e da OMC no que diz respeito aos países subdesenvolvidos e que condena o dogma segundo o qual o mercado tudo pode, diz-se partidário de uma terceira via, a da mundialização

⁵⁵ *La grande désillusion*, Paris, Fayard, 2002 (Globalização – A grande desilusão, Terramar)

capitalista regulada segundo as políticas emprestadas de Keynes de quem é um discípulo. Igualmente, se a palavra de ordem “um outro mundo é possível” do segundo Fórum social mundial de Porto Alegre no Brasil em 2002 pode ser partilhada por um largo espectro de indivíduos e de organizações e mesmo de delegações de partidos políticos exercendo poder nos diversos países, como o partido socialista francês (PSF) e o partido quebequense PQ, simultaneamente presentes na “cimeira de Davos” do mundo capitalista que teve lugar em Nova York, não se esperaria que todos dessem o mesmo sentido a esta palavra de ordem.

Querer desembaraçar-se do neoliberalismo preservando o capitalismo não será equivalente a rejeitar o efeito mantendo a causa? Uma rejeição consequente do neoliberalismo não suporá a rejeição do capitalismo e a vontade de o substituir pelo socialismo? Dar-se a este objectivo e aí se atrelar, em malgrado o pesado handicap do falhanço histórico do primeiro passo tomado nesta via pela revolução russa de 1917, é expor-se inevitavelmente a ser apontado com sarcasmo como idealista, sonhador, nostálgico, utopista. Mas a verdadeira utopia não é aquela do capitalismo com equidade, desprovido das suas taras, que não assentaria mais na exploração, o insaciável isco do ganho individual e da fraude, que melhoraria, em vez de destruir, os regimes públicos de educação, de saúde e de serviços sociais, que cessaria de acurralar populações inteiras à fome, de os asfixiar sob o peso da dívida, de os obrigar a privatizar os serviços públicos e de liquidar a sua infraestrutura produtiva para lucro das multinacionais, que cessaria de precarizar o trabalho, de alargar o desemprego e de reduzir as proteções dos desempregados, que seria votado à preservação do meio de vida em vez da sua destruição em nome do lucro privado, que viraria as costas ao ciclo infernal do militarismo como meio de assegurar o acesso das grandes potências aos recursos e à proteção dos mercados, que não submeteria mais o conjunto das dimensões da vida aos critérios do mercado?

Entre a utopia irrealizável dum tal capitalismo “civilizado” ou “mais humano” e o projecto colectivo de edificação duma sociedade socialista democrática, não é o segundo polo desta alternativa que constitui o desafio a enfrentar do ponto de vista dos interesses da humanidade?

Bibliografia

ANDERSON Perry, primavera de 1994. “Histoire et leçons du néolibéralisme”, *Option Paix*, p. 19 – 26

ARRIZABALO MONTORO Xabier, 1995. *Milagro o quimera. La economía chilena durante la dictadura*, Madrid, Los libros de la catarata.

BANQUE DE RÉGLEMENTS INTERNATIONAUX. 71^e et 72^e *Rapports annuels*, Bâle, 2001 et 2002.

BERNARD Michel, 1997. *L'utopie néolibérale*, Montréal, Éditions du renouveau québécois et Chaire d'études socio-économiques de L'UQAM.

CHESNAIS François (sous la direction de), 1996. *La mondialisation financière*, Paris, Syros.

CHESNAIS François, juin 1998. “À propôs de l'euro, de la BCE et de l'AMI”, *Carré rouge*, n° 8, Paris, p.71 – 81.

DOSTALER Gilles, 2001. *Le libéralisme de Hayek*, Paris, La découverte, collection Repères, n° 310.

GILDER Georges, 1981. *Wealth and Poverty*, New York, Basic Books. Traduction française de pierre-Emmanuel Dauzat, *Richesse et Pauvreté*, Paris, A.Michel, 1981.

GILL Louis, 1989. *Les limites du partenariat. Les experiences social-démocrates de gestion économique en Suède, en Allemagne, en Autriche, et en Norvège*, Montréal, Boréal.

GILL Louis 1996. *Fondements et limites du capitalisme*, Montréal, Boréal.

HAYEK Friedrich August von, 1944. *The road to serfdom*, Londres, Routledge. Traduction française, *La route de la servitude*, Paris, Médicis, 1946.

KEYNES John Maynard, 1936. *The General Theory of Employment, Interest and Money*, New York, Harcourt, Brace. Traduction française de Jean de Largentaye, *Théorie générale de l'emploi, de l'intérêt et de la monnaie*, Paris, Payot, 1963.

KINDLEBERGER Charles, 1996. *Manias, Panics and Crashes* (3^e edition), New York, John Wiley and sons. Traduction française de la 2^e edition (1989) de Pierre-Antoine Ullmo, intitulée *Histoire de la spéculation financière, de 1700 à nos jours*, Paris, Éditions P.A.U. 1994.

OCDE. *Perspectives économiques*, Paris, divers numéros.

PNUD, 1998. *Rapport mondial sur le développement humain*, Paris, Economica.

SMITH Adam, 1776. *Recherches sur la nature et les causes de la richesse des nations*, Paris, Gallimard, 1990.

STIGLITZ Joseph, 2002. *La grande désillusion*, traduction française de Paul Chemla, Paris, Fayard.

Notas finais

Sendo este manual de 1999 com esta segunda edição em 2002, ele não aborda evidentemente esta crise que vivemos e teve o seu borbulhar em 2007. Decidi ainda assim fazer esta tradução livre por achar que não existia no mercado um livro que desse uma explicação da situação actual em linguagem popular, onde qualquer pessoa pudesse entender as causas e os métodos usados para esta situação e de que maneira ela é mantida, uma vez que esta crise é em tudo semelhante às anteriores, sem que para isso se tenha que ser ou ter sido frequentador de qualquer curso superior de economia.

Quando rebentou esta crise muitas vezes se ouviu dizer nos órgãos de comunicação social que a culpa era das pessoas e das suas dívidas. Comentadores liberais punham as culpas aos pobres que tinham a mania de ser ricos, que compravam casas, carros e bens de consumo, sem que para isso tivessem dinheiro, veja-se direito. Segundo estes pregadores era este consumo a causa de todos os males e consequentemente a crise era culpa de quem trabalhava. Diga-se de passagem que ainda hoje esta verborreia faz eco nos comentários que todos os dias nos entram por casa dentro.

Este manual explica o neoliberalismo, os seus fundamentos e a sua história, num pequeno volume. Leitura obrigatória para quem não compreende a crise e as suas contradições. Sendo Louis Gill professor no Canadá, este livro faz algumas referências a situações específicas do Canadá e do Quebec, não vem daí mal ao mundo, antes pelo contrário elas ilustram como o neoliberalismo tem atacado mesmo nas sociedades onde a qualidade de vida tem sido de invejar.

João Castro